

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Kassia Rossi

Preparação fundiária para o desenvolvimento do turismo em Canasvieiras (1950-1960)

Florianópolis

2021

Kassia Rossi

Preparação fundiária para o desenvolvimento do turismo em Canasvieiras (1950-1960)

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela e Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rossi, Kassia

Preparação fundiária para o desenvolvimento do turismo
em Canasvieiras (1950-1960) / Kassia Rossi ; orientador,
Paulo Pinheiro Machado, 2021.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. História fundiária. 3. Canasvieiras. 4.
Turismo. I. Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 13 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 9 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (Orientador e Presidente); Prof. **Tiago Kramer de Oliveira** (Titular); Prof. **Everson Felipe Adão** (Titular), designados pela Portaria TCC nº 10 /HST/CFH/2021, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Kassia Rossi**, intitulado: **“Preparação fundiária para o desenvolvimento do turismo em Canasvieiras (1950-1960)”**. Aberta a Sessão pelo Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, Kassia foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 10, Prof. **Tiago Kramer de Oliveira**, nota 10, Prof. **Everson Felipe Adão**, nota 10, sendo a acadêmica aprovada com a **nota final 10**. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 13 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 13/05/2021 10:58:58-0300
CPF: 415.676.840-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):.....



Documento assinado digitalmente
Tiago Kramer de Oliveira
Data: 13/05/2021 12:34:13-0300
CPF: 002.401.621-70
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Tiago Kramer de Oliveira :



Documento assinado digitalmente
Everson Felipe Adão
Data: 13/05/2021 14:12:36-0300
CPF: 079.642.209-50
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Everson Felipe Adão:



Documento assinado digitalmente
Kassia Rossi
Data: 13/05/2021 13:43:57-0300
CPF: 077.917.089-06
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidata):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Kássia Rossi, matrícula n.º 17101321, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“Preparação fundiária para o desenvolvimento do turismo em Canasvieiras (1950-1960)”** com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 13 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 13/05/2021 11:51:32-0300
CPF: 415.676.840-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador

Dedico este trabalho aos meus pais, Silvia e Paulo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, sobretudo aos meus pais, Silvia e Paulo, a quem dedico esse trabalho. Obrigada por tudo que fizeram e ainda fazem por mim, principalmente por tornarem possível a realização da minha graduação longe de casa. Agradeço também ao meu irmão, Gustavo, minha tia, Silvana, e meus avós, Aurélio e Nair, por terem me apoiado de diversas formas.

Ao Roberto, pelas leituras e apontamentos nessa monografia e por ser sempre o primeiro a ouvir sobre as dificuldades, os erros e acertos do percurso. Agradeço muito sua parceria e carinho.

Aos amigos que fiz ao longo do curso de História, principalmente à Ana Luiza, Laianny e Sara, pela companhia e pelos bons momentos que compartilhamos dentro e fora da graduação nos últimos anos.

Aos amigos do Ensino Médio e colegas de UFSC, Ananda, Fernando e Guilherme, pela amizade de anos e por me acompanharem nessa jornada me incentivando na escolha do curso de História quando eu ainda tinha muitas dúvidas.

Ao tutor Tiago Kramer de Oliveira e colegas do PET História UFSC, pelas conversas, experiências e conhecimentos compartilhados ao longo dos últimos três anos em que fui bolsista, além da oportunidade de iniciar essa pesquisa no projeto “História do Planejamento Urbano de Florianópolis”.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado, por sua orientação paciente e dedicada, me indicando leituras e caminhos a serem seguidos nesse trabalho.

Aos membros da banca avaliadora, professor Tiago Kramer de Oliveira e professor Everson Felipe Adão, por terem aceitado o convite em participar.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Câmara Municipal de Florianópolis, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis, por terem disponibilizado os documentos que compõem esse trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a preparação fundiária em Canasvieiras nas décadas de 1950 e 1960 para a concretização de um planejamento urbano voltado ao turismo. Para isso, a pesquisa tem como foco a primeira iniciativa de loteamento na praia de Canasvieiras, em 1956, pela Prefeitura Municipal. Os documentos utilizados na pesquisa são: a Lei n° 260/1956, a qual regulamenta o loteamento; o documento do processo de concessão de terra dessa área pelo Estado de Santa Catarina para a Prefeitura; uma certidão desde origem de um terreno do referido loteamento; fotografias aéreas de 1957, 1977 e 1994; matérias selecionadas do jornal “O Estado”; e, em menor quantidade, relatos de moradores do bairro, presentes em trabalhos de outros pesquisadores. Com essa documentação, alinhada à bibliografia, contextualiza-se a situação fundiária no distrito, nas primeiras décadas do século XX, assim como, realiza-se uma caracterização dos interesses e disputas do poder público envolvidos nos projetos de planejamento turístico e sua implementação na cidade. A partir disso, é possível compreender como se deu o processo de valorização fundiária e implementação do turismo na região de Canasvieiras, em meados do século XX.

Palavras-chave: Canasvieiras. Turismo. Apropriação de terras.

ABSTRACT

This study aims to analyse the land situation in Canasvieiras in the 1950s and 1960s, mainly the execution of a tourism-focused urban planning in the area. This research focuses on the first allotment initiative on the Canasvieiras beach, in 1956, by the Municipality of Florianópolis. The documents used in the research are: Law No. 260/1956, which regulates the land allotment; documents describing the process of land concession in that area from the State to the Municipality; a deed of transfer, describing the chain of owners of the land in the area; aerial photographs from 1957, 1977 and 1994; selected articles from the newspaper “O Estado”; and, to a lesser extent, reports from local residents, present in the work of other researchers. With these documents, we contextualize the land ownership situation in the first decades of the 20th century, as well as the conflicts and government disputes in the following decades. Building on this, it is possible to understand how the process of land valuation and the tourism-focused urban planning took place in the region of Canasvieiras, in the mid-20th century.

Keywords: Canasvieiras. Tourism. Land appropriation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Canasvieiras	22
Figura 2 - Mapa do loteamento da Prefeitura em Canasvieiras.....	45
Figura 3 - Fotografia aérea de Canasvieiras em 1957	54
Figura 4 - Fotografia aérea de Canasvieiras em 1977	55
Figura 5 - Fotografia aérea de Canasvieiras em 1994	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA Aliança Renovadora Nacional

BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CGJ/SC Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

COLECATE Coordenadoria de Legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas

COMCAP Companhia de Melhoramentos da Capital

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPIUF Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis

IRASC Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina

MDB Movimento Democrático Brasileiro

PSD Partido Social Democrático

UDN União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O DIREITO À TERRA	16
2.1	O DIREITO À TERRA E O DISTRITO DE CANASVIEIRAS	21
3	CONTEXTO POLÍTICO E PLANEJAMENTO DO TURISMO NA CIDADE	29
4	APROPRIAÇÕES DE TERRAS E TURISMO EM CANASVIEIRAS	40
4.1	PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM CANASVIEIRAS	41
4.2	APROPRIAÇÕES DE TERRAS PARA O PROJETO DE TURISMO.....	46
4.3	URBANIZAÇÃO DE CANASVIEIRAS NAS DÉCADAS POSTERIORES	51
5	CONCLUSÃO.....	60
	FONTES	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
	ANEXO A – Mapa dos loteamentos existentes em Canasvieiras até 1977	66

1 INTRODUÇÃO

Até meados do século XX, a região de Canasvieiras era, em geral, um conjunto de pequenas comunidades agrícolas e de pescadores. A partir da metade do século, as áreas de terras próximas da praia passaram a representar um valor imobiliário e foram se transformando em loteamentos para veranistas. O processo de urbanização na década de 1960 aprofundou a valorização e especulação imobiliária, principalmente após os anos de 1970 com o desenvolvimento do setor turístico. Esse desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina estava muito ligado aos interesses do Estado no período, que elaborou planos urbanos e executou obras de intervenção viária na cidade, já que o acesso rodoviário era também um obstáculo para o desenvolvimento do turismo.

O presente trabalho tem como problemática principal analisar o processo de apropriação de terras em Canasvieiras nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, a preparação fundiária para a concretização de um planejamento urbano voltado ao turismo. Para tal, a pesquisa tem como foco a primeira iniciativa de loteamento na praia de Canasvieiras, em 1956, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Desse modo, uma das principais fontes do trabalho é a Lei nº 260/1956, que regulamenta o loteamento, autorizando o Poder Executivo a lotear para a venda uma área de 613.856,24 m² no distrito de Canasvieiras, disponibilizada pela Câmara Municipal de Florianópolis, juntamente com o seu projeto e o parecer da Câmara de Justiça. Essa legislação está articulada com outros documentos, como o processo de concessão da área referida pelo Estado de Santa Catarina para a Prefeitura de Florianópolis, documento disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina que apresenta o título definitivo da doação, registro de audiências e correspondências entre os interessados em lotear a área. E também uma certidão desde a origem de um terreno loteado pela Prefeitura, cuja seleção ocorreu de forma aleatória pelo 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, para ser utilizado como um exemplo nesse trabalho. Somados a isso, as fotografias aéreas de 1957, 1977 e 1994 de Canasvieiras, concedidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), contribuem para se observar as transformações urbanas na região estudada.

Ademais, com o intuito de refletir sobre a repercussão desse projeto de loteamento e, sobretudo, como o projeto de implementação de turismo no litoral norte da ilha foi recebido pela sociedade do período, foi escolhido o jornal “O Estado”, um dos principais periódicos de Santa Catarina no século XX. O jornal foi criado em 1915 por Henrique Rupp Júnior e

Ulysses Costa e circulou até 2009. Em 1945, “O Estado” passou a ser propriedade do então líder do Partido Social Democrático (PSD) em Florianópolis, Aderbal Ramos da Silva, servindo aos interesses políticos do PSD e, posteriormente, da ARENA. Atualmente, as páginas do jornal estão digitalizadas do ano de 1915 a 1965 e disponibilizadas pela Hemeroteca Digital Catarinense e pela Biblioteca Nacional Digital. Para esse trabalho, utilizou-se o sistema de busca da Biblioteca Nacional, pelo qual a pesquisa no jornal foi feita através de palavras-chaves, como: “Canasvieiras”, “turismo” e “loteamento/ lote/ terreno”.

Diante da impossibilidade de realização de entrevistas presenciais, são utilizados, em menor quantidade, alguns trechos de entrevistas com antigos moradores de Canasvieiras feitas por outros pesquisadores e disponibilizadas em suas dissertações. O trabalho antropológico de Mara Coelho de Souza Lago (1983), “Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário”, utiliza fontes orais para entender de que forma a vida dos habitantes da região se modificou por conta das transformações urbanas no distrito. A antropóloga entrevistou vinte e uma pessoas entre os anos de 1981 e 1982, a maioria nascida entre 1905 e 1918 e residente de Canasvieiras. Também são feitas entrevistas na dissertação “Castelos de areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)” de Suzana Bittencourt (2005), que entrevistou os moradores mais idosos do bairro, nascidos nas primeiras décadas do século XX.

Essa diversidade de fontes apresentadas é conectada com um referencial teórico sobre questões fundiárias, desenvolvimento urbano e planejamento turístico em Florianópolis no século XX, expresso ao longo do trabalho. Dessa forma, o presente trabalho divide-se da seguinte maneira. No primeiro capítulo é feita uma contextualização da questão fundiária em Florianópolis, utilizando autores como Nazareno José de Campos e Gert Schinke. Campos (1989) aborda em sua dissertação o uso comunal de terras na Ilha de Santa Catarina, incluindo o distrito de Canasvieiras, onde existiram áreas comuns de grandes extensões que foram sendo apropriadas, tanto por parte privada quanto pelo Estado, concomitantemente à sua utilização. Em diálogo com o trabalho de Nazareno José de Campos tem-se o livro “O golpe da ‘Reforma Agrária’: fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina” (2017), de Gert Schinke. A obra foi produzida a partir de uma documentação de títulos de terras que o autor teve acesso de meados do século XIX a 1985. A partir dessa documentação, Schinke (2017) analisou a atuação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, na segunda parte do capítulo, é

apresentado um contexto de Canasvieiras na primeira metade do século XX, tendo como base, principalmente, os trabalhos de Mara Coelho de Souza Lago (1983) e Suzana Bittencourt (2005). Lago (1983) busca compreender em sua dissertação como a vida dos moradores da região se modificou por conta das transformações urbanas, sobretudo, a partir das modificações nas relações de trabalho. Por outro lado, Bittencourt (2005) analisa o projeto de urbanização para o distrito e os interesses envolvidos do Estado de Santa Catarina, a partir da construção de um hotel na praia de Canasvieiras na década de 1930. O recorte temporal de sua pesquisa começa com a construção desse hotel e vai até a década de 1980, com a explosão do setor turístico e a vinda de veranistas argentinos para o litoral norte.

No segundo capítulo, através da análise do jornal “O Estado”, é feita uma caracterização dos interesses e disputas do poder público envolvidos nos projetos de planejamento turístico e sua implementação na cidade. Para isso, os principais trabalhos que embasaram a discussão foram os de Reinado Lindolfo Lohn (2002), que faz uma análise das projeções em relação ao futuro, em Florianópolis, nas décadas de 1950 e 1960. Para o autor, a ideia de futuro se tornou uma questão política que serviu de instrumento para as intervenções promovidas no espaço urbano, incluindo a proposta de desenvolvimento do turismo. E também o trabalho de Maria Inês Sugai (1994), através do qual é possível compreender a materialização do projeto turístico, já que a autora observa o papel desempenhado pelo desenvolvimento da malha viária nas transformações ocorridas em Florianópolis a partir da segunda metade do século XX, sobretudo, analisando a Via de Contorno Norte-Ilha, do fim da década de 1970.

Por fim, no terceiro capítulo, é feita a análise do projeto turístico para Canasvieiras, observando a documentação já mencionada, como a legislação 260/1956, o processo de concessão de terra para o Município e os registros de compra e venda de um lote. A análise das fontes é articulada com trabalhos que tratam sobre Canasvieiras, como o de Bittencourt (2005) e o de Cristina Silveira Ulysséa Santos (1993), que estuda como o planejamento turístico elaborado pelo Estado influenciou o processo de urbanização em Canasvieiras e Jurerê, fazendo, assim, um estudo comparativo entre as duas praias.

2 O DIREITO À TERRA

Os conflitos de terra são disputas sobre o sentido da história, segundo a historiadora Márcia Maria Menendes Motta (1996), já que opõem justificativas e interpretações divergentes sobre a origem dos direitos da propriedade, num sentido restrito, e do direito ao acesso à terra, de maneira mais ampla. Dessa forma, é possível pensar que as interpretações também possuem uma história e que elas podem se confundir no confronto entre sujeitos sociais diversos (MOTTA, 1996). Nessa mesma linha, o antropólogo estadunidense James Holston (1993), ao analisar um caso de fraude de terra na formação da periferia de São Paulo, explica seu principal argumento de que a legislação brasileira referente à terra produz procedimentos e confusões insolúveis, que acabam por legalizar práticas de usurpação por especuladores e elites fundiárias. Assim, segundo o autor, a lei promove confusões com intenções que diferem daquelas voltadas para as resoluções das disputas, uma vez que a irresolução é também um instrumento de dominação pelo sistema jurídico (HOLSTON, 1993). Ambos os autores citados estão analisando outros períodos e localidades, diferentes do recorte dessa pesquisa, mas fornecem elementos para refletir sobre a história fundiária e o direito à terra em Florianópolis.

De acordo com o geógrafo Nazareno José de Campos (2002), os usos e direitos sobre a terra em Florianópolis seguem características jurídicas e espaciais comuns ao resto do Brasil. Nessa perspectiva, o autor defende que o regime de terras que predominou no país foi a posse. Para uma rápida contextualização do que foi o sistema de posse, Motta (1996) explica que, durante o período colonial, a intenção legislativa de Portugal de promover o cultivo das terras se relacionou à necessidade de colonização. Desse modo, as sesmarias indicavam que cabia à Coroa Portuguesa doar terras a quem tivesse condições de cumprir a exigência de cultivo. No entanto, na prática, “um universo de novas categorias sociais se somaram à do sesmeiro, imprimindo grande complexidade ao tecido social” (MOTTA, 1996, p. 151) e, por exemplo, o sistema de posse foi sendo paulatinamente reconhecido pela Coroa na legislação. Embora não estivessem cumprindo as determinações régias das sesmarias, os posseiros estavam desempenhando um dos requisitos da colonização de cultivar a terras (MOTTA, 1996).

O fim do sistema de sesmarias, em 1822, significou o reconhecimento da relevância do cultivo para legitimar uma ocupação, em detrimento da importância do título. Nos anos que se seguiram, os projetos para uma nova legislação agrária foram marcados pelo debate referente ao direito do posseiro e/ou do sesmeiro (MOTTA, 1996). Em 1850 foi aprovada a

Lei de Terras, a qual estabeleceu que a única forma de alienação da terra pública seria a venda; reconhecia as sesmarias e posses cultivadas, mas invalidava como forma de futuras aquisições. Segundo Maria Verónica Secreto (2007, p. 15), uma lei se converte em prática por meio de sua aplicação baseada em sua interpretação, e a Lei de Terras foi interpretada como legitimadora da posse sempre que tivesse cultura e moradia habitual.

A legislação de 1850 perdurou até a Constituição Federal de 1891 e, a partir de então, as terras públicas passaram a ser matéria de legislação dos estados. Em Santa Catarina, o órgão responsável por isso até 1931 foi a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, quando foi criada a Diretoria de Terras e Colonização. Depois de 1961, assume o Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina (IRASC). Em vista disso, não é o objetivo desse trabalho fazer uma análise exaustiva da política e legislação de terras no Brasil ao longo dos séculos, mas sim fornecer um contexto para introduzir o uso de terras comuns, temática principal do trabalho de Nazareno José de Campos.

O predomínio do sistema de posses foi comum, assim como a utilização coletiva de espaços e bens naturais, em muitas áreas e contextos específicos. Conforme Campos (1989), o uso comum das terras ocorreu por toda a Ilha de Santa Catarina desde pelo menos o século XVIII até metade do século XX. Para o autor, as terras de natureza comunal e as terras de caráter público encontram sua origem no passado luso e, em consequência desse ponto de vista, a prática de utilização comum da terra em Florianópolis está ligada à colonização açoriana e madeirense no litoral catarinense em meados do século XVIII. Nesse período, era de interesse da Coroa Portuguesa ocupar o litoral sul do Brasil. A Metrópole, então, criou a Capitania de Santa Catarina em 1738 e enviou um contingente militar para desenvolver a burocracia administrativa, militar e civil em 1737, povoando a região com pessoas de origem lusitana (CAMPOS, 1989, p. 3).

O projeto político da Metrópole previa o uso da terra em pequenas propriedades, pois dessa maneira haveria abastecimento de produção agrícola, mão de obra das armações e preenchimento dos contingentes militares de colonos-soldados. Além disso, para Campos (1989), essa estrutura agrária de pequena produção mercantil estava diretamente ligada com o uso de terras comunais.

A formação social açoriana do litoral catarinense tinha evidentemente suas características. Nascida com o próprio processo de colonização a partir de meados do século XVIII, fundamenta-se numa pequena produção mercantil. Margeando esta, inseriam-se as terras de uso comum, certamente herança da antiga estrutura da comunidade agrária portuguesa (CAMPOS, 1989, p. 2).

As terras comuns de uso local eram utilizadas como pastagem para o gado, agricultura, coleta de frutos e plantas medicinais, abastecimento de madeira, lenha, fonte d'água, etc., e complementavam a renda dos produtores. É válido ressaltar que a utilização comunal não significava que a propriedade também era compartilhada. Geralmente, o uso comum ocorria por proprietários de uma ou mais propriedades circunvizinhas, que faziam fundo aos campos comunais. Em Florianópolis a utilização de terras comunais foi intensa até a década de 1940, porém, há casos específicos, como o Campo da Colônia em Canasvieiras, que permaneceram com usuários até a década de 1980 (CAMPOS, 1989, p. 132-133).

Além da ilha catarinense, Nazareno José de Campos (1989) aponta outras cidades do estado que também tiveram utilização comum, sobretudo na região litorânea de Santa Catarina, como Araranguá, Laguna, Palhoça, São José, Tijucas entre outras¹. Além de outras localidades, o pesquisador identificou também outras formas de utilização comunal, com exceção da área comunal de uso local, como: os campos de descanso e engorda, os campos estivais e os campos de uso cooperativo. Os primeiros eram áreas para repouso e abastecimento do gado que se dirigia para os pontos de comercialização e abate. Já os campos estivais eram onde acontecia um movimento sazonal de pastagem do gado em regiões de maior altitude. No inverno, com a queda das temperaturas nas regiões mais altas, ocorre a diminuição das pastagens, fazendo com que o gado desça para outras áreas. E, por fim, os campos que passaram a ser cooperativas, como aconteceu após 1976 com o Campo da Madre ou Campo da Eira, localizado entre Laguna e Tubarão (CAMPOS, 1989, p. 118).

Em contraponto à associação açoriana que Campos (1989) faz com as terras comunais da Ilha de Santa de Catarina, é possível pensar também nas terras quilombolas como área de uso comum. Segundo Martha Rebelatto (2013), durante o século XIX os quilombos existiram

¹ Além disso, a prática de uso comum de terras ainda é vigente no Brasil em vários outros territórios, como é o caso dos faxinais do Paraná e os Fundos de Pasto, na Bahia. Nas regiões de matas mistas com araucária do Paraná desenvolveram-se os faxinais, sistema agrossilvipastoril, que se caracteriza pelo criadouro comunitário, a extração florestal e o cultivo agrícola, além de expressões religiosas e culturais próprias. Conforme Grzebieluka e Sahr (2009), no Paraná existiram pelo menos cento e cinquenta e dois faxinais e, até o fim da década de 2000, quarenta e quatro desse total são considerados remanescentes, mantendo a organização social típica do sistema. Por outro lado, Marques (2016) faz uma discussão teórica com algumas definições elaboradas sobre os Fundos de Pasto, chamando atenção para o fato de que não se restringem apenas às áreas de uso comum, mas representam um modo de vida e territorialização camponesa. Com o intuito de tratar apenas em linhas gerais essa questão, é possível definir os Fundos de Pasto como uma experiência de apropriação do território típico do semiárido baiano, caracterizado pela criação de animais em terras comuns, articulando com áreas de lotes individuais, além de as comunidades serem ligadas por laços de parentesco ou alianças de compadrio (ALCÂNTARA; GERMANI, 2009 apud MARQUES, 2016). Esses são alguns exemplos de estudos mais recentes que permitem alargar a definição de terras de uso comum para diferentes formas e em outras localidades.

em Desterro em diferentes locais e momentos, mas pouco se sabe sobre a forma de organização deles. Em 2013, a comunidade quilombola Vidal Martins, do bairro do Rio Vermelho, se tornou o primeiro quilombo oficialmente reconhecido em Florianópolis pela Fundação Cultural Palmares, entidade que emite a certidão de autorreconhecimento quilombola, e aguarda desde então a titulação de suas terras por direito, que é outorgada pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Retornando ao trabalho de Campos (1989), o autor confirma a existência e utilização de terras comunais através de duas formas: relatos de ex-usuários e documentos do passado. Campos entrevistou mais de quarenta pessoas com idade acima dos 60 anos na década de 1980 e analisou documentos como Ofícios da Câmara Municipal de Desterro, Termos de Aforamento, Leis Provinciais etc. A partir dessa documentação, compreende-se que as terras comunais eram juridicamente reconhecidas e não havia muitas restrições quanto a seu uso desde o século XVIII até metade do século XIX. Com a Lei de Terras de 1850, a diferença entre terra de uso comum e terra devoluta não é muito inteligível, já que das quatro definições de terra devoluta apresentadas pela lei no Art. 3, as terras comuns se encaixam em algumas delas. Segundo essa legislação, terras devolutas são: as que não se acharem aplicadas a algum uso público; as que não forem de domínio particular; as que não foram dadas por sesmarias ou outras concessões do governo; e as que não se acharem ocupadas por posses (BRASIL, 1850). Como já mencionado, após a Constituição de 1891, as terras públicas passam a ser atribuição dos estados, bem como, as terras comuns, que anteriormente à essa legislação eram de controle das Câmaras Municipais (CAMPOS, 1989).

Conforme Nazareno José de Campos (1989), a ilegalidade das concessões no período republicano foi constante e muitas terras comuns foram concedidas como sendo terras devolutas. Embora as apropriações privadas tenham se intensificado durante o século XX, sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940, o geógrafo deixa claro que as apropriações ocorriam também concomitante ao uso comum. Alguns proprietários esticavam suas cercas para dentro do campo comunal, que fazia fundo de suas propriedades, aumentando assim suas terras privadas; outros conseguiam permissão por meio da Câmara Municipal. Dessa maneira, essas práticas ilícitas eram vistas com certa normalidade pela sociedade e muitas das apropriações acabaram sendo aceitas pacificamente, principalmente quando vinham da parte de alguma autoridade política, econômica ou militar (CAMPOS, 1989).

As apropriações privadas a partir da segunda metade do século XX mencionadas por Campos são abordadas no trabalho recente “O golpe da ‘Reforma Agrária’: fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina” (2017), do historiador e ecologista Gert Schinke. A obra, voltada ao grande público leitor, foi produzida a partir de uma documentação de títulos de terras que o autor teve acesso de meados do século XIX a 1985. A partir dessa documentação, Schinke (2017) analisou o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), autarquia estadual criada em 1961, pelo então governador Celso Ramos, para suceder a Diretoria de Terras e Colonização. A legislação n. 2.939 de 09 de dezembro de 1961, que deu origem ao IRASC, previa que o órgão realizasse, dentre outras atribuições, a colonização das terras devolutas e latifúndios improdutivos adquiridos pelo Estado; dando atenção especial a áreas devolutas sob posse de agricultores e regularizando as suas situações, desde que não excedesse cem hectares de terra. Conforme Schinke (2017), o IRASC estava iniciando um processo de reforma agrária entre os anos de 1962 e 1964, entregando de trezentos a trezentos e cinquenta títulos a camponeses sem terra e posseiros. Entretanto, no período que compreende a ditadura civil-militar no país, a autarquia concedeu, principalmente, títulos de terras públicas para indivíduos e instituições que não se encaixavam no perfil de reforma agrária (SCHINKE, 2017).

Dessa maneira, Schinke constrói o seu argumento principal de que o órgão público criado para executar uma reforma agrária em Santa Catarina fez exatamente o oposto disso, contribuindo para que as elites estaduais se apropriassem de grandes glebas públicas. Ao conceder títulos de terras públicas para indivíduos e instituições que não se encaixavam no perfil de reforma agrária, como políticos ligados à ARENA, especuladores imobiliários, militares, igrejas e associações recreativas, o IRASC favoreceu a concentração imobiliária em regiões litorâneas. Posteriormente, muitas dessas terras foram reservadas para especulação imobiliária, uma vez que diversas glebas foram vendidas ao longo do tempo a pessoas e empresas que as dispuseram para parcelamentos ou empreendimentos imobiliários (SCHINKE, 2017).

O ponto que quero enfatizar com toda a clareza é o papel de fundamental importância que o IRASC desempenhou nesse “projeto de modernização” da elite burguesa local e estadual, pois sua política estabeleceu a estrutura fundiária ao operar da forma como operou, tanto na capital quanto em inúmeras cidades no litoral catarinense (SCHINKE, 2017, p. 445).

O IRASC permaneceu até 1977, quando foi extinto e deu origem à Coordenadoria de Legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas (COLECATE), inserida na estrutura da

Secretaria de Estado da Agricultura. A partir de 1981, o setor jurídico do estado de Santa Catarina passou a compreender que as terras devolutas existentes no interior da Ilha de Santa Catarina pertenciam à União e não ao estado, razão pela qual se posicionavam contra a titulação sumária de terras, das quais não era nítido o status de terra devoluta. Assim, desde essa data, não há mais registros de concessões em Florianópolis por parte de órgãos do Estado. Paralelamente a essa questão, Schinke (2017) afirma que muitas terras de uso comum mapeadas por Nazareno de Campos (1989) em Santa Catarina foram tomadas por pessoas ligadas ao IRASC de algum modo, já que foram tratadas por órgãos agrários como terras devolutas pertencentes ao Estado. Além de que, como já mencionado, muitas das áreas pertenciam, em realidade, à União, seja por se tratarem de terras baixas, inundáveis, terras de marinha ou de áreas de domínio da União não enquadradas nesses termos. Aqui se faz relevante ressaltar que as terras de marinha são regidas pela legislação n. 3.438, de 17 de julho de 1941, que define que são terrenos de marinha “em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terra, do ponto em que se passava a linha do preamar médio de 1831” (BRASIL, 1941). Por fim, o trabalho de Schinke (2017) é importante por apresentar, em forma de listagem, todas as terras públicas já entregues em Florianópolis, desde os anos de 1904 a 1980, informando nomes de requerentes, área concedida, localidade, data e a localização do documento no Arquivo Público de Santa Catarina. Isso abre caminho para que outros pesquisadores encontrem mais facilmente e analisem essa documentação, como foi também o caso desse trabalho.

2.1 O DIREITO À TERRA E O DISTRITO DE CANASVIEIRAS

Canasvieiras é um bairro e uma praia da capital catarinense, localizados na região norte da ilha, bem como sede do distrito de mesmo nome, que compreende outras localidades como: Forte, Jurerê, Daniela, Canto do Lamim e Vargem de Fora. No passado, Canasvieiras já foi a freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, criada em 1835, através da Lei provincial n. 8, de 15 de abril do mesmo ano, desmembrando-se assim da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa. Além disso, por meio do Decreto estadual n. 86, de 31 de março de 1938, a sede de Canasvieiras foi elevada à categoria de vila².

² Definida pelo IBGE como a localidade com o mesmo nome do Distrito a que pertence e onde está sediada a autoridade distrital.

Nas primeiras décadas do século XX, Canasvieiras era um núcleo relativamente isolado do centro da cidade, devido às dificuldades de transporte e o acesso precário que ligava a região norte ao centro. Conforme Suzana Bitencourt (2005, p. 21), a igreja de São Francisco de Paula constituía o núcleo central e se localizava, assim como hoje, na parte mais alta, partindo dela duas estradas: uma conhecida como Ladeira do Pinheiro, que seguia em direção ao sul e possibilitava transitar entre Canasvieiras e o Forte São José da Ponta Grossa; e a outra rua, conhecida como Rua Velha, que seguia em direção ao norte. Diferente do acesso ao sul, onde havia poucas casas e a rua não completava todo o percurso, sendo necessário utilizar o trajeto da praia para chegar ao Forte, a Rua Velha era onde as casas foram sendo construídas e, por isso, concentrava um número maior de habitantes.

Figura 1 - Mapa de Canasvieiras



Fonte: elaborada pela autora.

Através de uma base de mapa atual de Florianópolis, com os traçados de ruas e avenidas atuais, a Figura 1 localiza alguns pontos mencionados nesse capítulo, como a Freguesia de Canasvieiras, próxima à Igreja São Francisco de Paula, onde se constituía o núcleo central, além da Rua Velha e o Caminho do Rei, o qual, por muito tempo, foi o único acesso dos moradores da Freguesia para a praia. Ademais, o mapa identifica outros lugares na extremidade leste do bairro, que serão abordados a seguir, como a Colônia Penal Agrícola, próxima ao Rio do Braz e da estrada que seguia para o distrito de Cachoeira do Bom Jesus. Em relação ao agrupamento central, Bitencourt (2005, p. 23) chama atenção para o fato de

que as moradias próximas à igreja, em direção à Rua Velha, refletiam uma boa condição econômica dos proprietários, devido a sua forma de construção, de pedra e cal, o que geralmente requeria uma mão-de-obra especializada. Entretanto, embora a Rua Velha fosse a principal rua do distrito no início do século XX, ela não ligava Canasvieiras às comunidades mais próximas e também não dava conta de ligar o seu próprio interior.

Assim como os acessos dentro do distrito eram difíceis, os caminhos que ligavam Canasvieiras ao centro de Florianópolis eram ainda mais penosos e demorados, segundo Lago (1983). A antropóloga Mara Coelho de Souza Lago utilizou fontes orais para compreender de que forma a vida dos habitantes da região se modificou por conta das transformações urbanas no distrito. Assim, Lago (1983) entrevistou vinte e uma pessoas entre os anos de 1981 e 1982, a maioria nascida entre 1905 e 1918 e residente de Canasvieiras. Em algumas de suas entrevistas, os informantes contam que usavam “atalhos” que cortavam as freguesias, usando o cavalo, as “aranhas” (carroças de duas rodas puxadas por cavalo) e as embarcações baleeiras. Somente na década de 1920 que um serviço de ônibus foi implantado, fazendo uma viagem diária à cidade. Sendo assim, muitos faziam o percurso a pé com regularidade, como conta uma das entrevistadas identificada como lavradora aposentada e parteira.

Minha mãe criava galinha para comê e vendia os ovos. Ia vendê na cidade e comprava carne, roupa para os filhos.

P. E como ela ia até à cidade para vender os ovos?

R. De pé. Porque nesta época não havia condução de qualidade nenhuma. Era tudo de pé. Ela saía daqui de madrugada, mais um filho, com um balainho nas costa, e quando voltavam prá casa era madrugada outra vez. Ir prá lá e voltá, né. Quem anda de carro não vê a lonjura... E não era nas estradas em que nós estamos passando agora, era em outros lugares pior. Era subi morro, descê. Era pior. Ela ia de 8 em 8 dias, de 15 em 15 dia... (apud LAGO, 1983, p. 41).

Em relação às ocupações dos habitantes da região, por meio de livros de registro de cartório, Bitencourt (2005, p. 39-40) conseguiu identificar as profissões mais declaradas pelos moradores entre os anos de 1895 a 1942. Embora a população masculina compusesse em sua maioria a profissão de pescador, o trabalho como lavrador é o mais frequente nas declarações. Todavia, havia outras profissões declaradas como: funcionário público, carpinteiro, mercador, negociante, pombeiro (pessoa que viajava a pé vendendo produtos), professor público, artista e oficial da promotoria. De acordo com o censo do IBGE de 1940, a população total de Canasvieiras nesse ano era de 1.662 habitantes, sendo 75,03% situada no quadro rural, 276 pessoas enquadradas no suburbano e apenas 139 no quadro urbano (IBGE, 1952). Desse modo, é possível perceber que Canasvieiras era, principalmente, uma região rural, sendo composta por um conjunto de pequenas comunidades agrícolas e de pescadores.

Para Lago (1983), até as décadas de 1930 e 1940 a pesca constituía um trabalho acessório, sendo a lavoura o trabalho principal. A partir desse momento é que a pesca passa a ser o trabalho principal e os trabalhadores se autoidentificam como pescadores, por ser a atividade econômica mais importante exercida por eles. “[...] assim como os seus pais fizeram esforço para obter o capital necessário para a compra de terras, o grande esforço da quase totalidade dos entrevistados, foi no sentido de conseguir capital para a compra de rede e dos demais instrumentos de pesca” (LAGO, 1983, p. 62). Com o desenvolvimento do turismo em Canasvieiras, a partir de meados do século XX, como será abordado nos próximos capítulos, os pescadores passam a ter dificuldades de trabalhar, já que os veranistas ocupam a região na temporada de verão; também sofrem com a escassez de peixes, devido à pesca industrial³; e possuem obstáculos para manter seus ranchos de pesca na praia, que são fundamentais para guardar instrumentos de pescaria (LAGO, 1983). Em entrevista à Bitencourt (2005), pesquisadora que recolheu relatos de moradores mais idosos do bairro nos anos 2000, o senhor Zélio da Conceição Cunha, pescador profissional, relata:

Você não tem mais onde colocar o material de pesca aqui na praia. Nós temos um rancho de pesca da comunidade aqui em Canasvieiras e eles fazem de tudo para desativar esse rancho, os moradores da praia, os turistas vamos dizer assim. Eles querem tirar o rancho por força, você vai colocar um apetrecho de pesca aonde? (apud BITENCOURT, 2005, p. 142).

Como já comentado, Canasvieiras era, em sua maioria, uma região rural. Então, juntamente com a pesca, a outra atividade principal para os habitantes do distrito era a agricultura. Conforme Lago (1983), as principais lavouras eram de cebola, de mandioca para a farinha⁴, milho, café e feijão. Além disso, eram comuns engenhos de farinha e criações de vacas de leite, aves domésticas (galinha, peru e marreco) e animais para transporte (cavalo e boi). De acordo com os entrevistados de Lago (1983), alguns deles tinham suas próprias terras e outros plantavam em terrenos de terceiros, nos sistemas de divisão da colheita em meia ou terça parte para o dono do terreno. Além disso, Mara Lago (1983) enfatiza a ideia de que prevalecia em Canasvieiras o regime de pequena propriedade, com a lavoura voltada para a

³ De acordo com Bitencourt (2005), a diferença entre pescador artesanal e industrial é que o primeiro atua na praia e o segundo atua em alto-mar e permanece embarcado durante a safra de determinado tipo de pescado. Os profissionais que trabalham em alto-mar são funcionários de uma empresa, já os artesanais não.

⁴ É válido ressaltar a importância da farinha de mandioca enquanto produto alimentício. Na Ilha de Santa Catarina, os 769 engenhos de mandioca em fins do século XVIII demonstram que a demanda existente por farinha comercializada foi suficiente para estruturar um mercado local. Essa atividade se utilizou de mão de obra escravizada a partir da segunda metade do século XVIII, quando chegavam africanos em centenas à ilha catarinense para formar o contingente escravizado, trabalhando em empreendimentos como os engenhos de farinha de mandioca, mas também em armações baleeiras (BASTOS, 2013).

subsistência. Por meio de suas entrevistas, a pesquisadora chegou a informação da existência de duas grandes áreas de terras férteis, localizadas entre a praia e as encostas, que eram utilizadas comunitariamente pelos moradores para a lavoura e a pastagem da criação, como se observa nos relatos de um pescador aposentado e comerciante, seguido de dois trechos da fala de um pescador e funcionário público aposentado:

Ali onde era o campo dos Moura, ali era o terreno dos pobres, ali eles faziam horta, plantavam mandioca... O governo dava pros pobres plantá. O terreno era do governo, o governo dava. Eles iam plantá lá. Plantavam muita cebola, mandioca. Todo o mundo tinha sua plantaçozinha naquele tempo. Tinha um animalzinho também, todo o mundo gostava de ter um animalzinho. Hoje não tem mais, não... Tinha o campo. Onde tem essas casas que a senhora vê aí, tudo era campo. Era do governo, todos podiam usar. Botavam a criação ali, tudo era campo. Depois o Moura comprou ali, cercou, daí o povo ficou sem lugar pro gado. Todo o mundo tinha gado. Depois acabou... (apud LAGO, 1983, p. 47-48).

Era perto da praia, onde hoje é turismo. Os terrenos todos daqui, desde ali onde é o Dr. Oto até lá na Cachoeira, um pobre queria fazê uma casa, não pedia ordem a ninguém, ia lá, escolhia um lugarzinho e fazia. Ia no campo, tirava aquela tiririca, cortava, amarrava, ali mesmo tirava a madeira, porque tinha madeira, fazia a sua casinha. Agora, hoje, hoje tá tudo na mão do rico. Pobrezinho ficou prá trás. Era assim, tinha aqui dois campos, tinha esse aqui, onde é a Florestal, e tinha aquele onde é a Colônia da Penitenciária. Então, se eu tinha uma vaquinha ou duas, ia lá, tirava a corda e deixava solta no pasto. Quando eu queria, ia lá vê. Hoje não tem mais disso! (apud LAGO, 1983, p. 48-49).

[...] Primeiro eles venderam aquele campo, ainda me lembro que eles venderam pro Cantalício, parece, não, o Cantalício comprou mais o Moura. Depois não sei como é que fizeram, foram indo e venderam pro estado, ou o estado tomou conta. Sei que colocaram aquela Colônia lá. A gente ainda botava o gado lá, mas nem adiantava botá. Como eu, botei uma vaca, aqueles preso, tinha um preso lá que comia gado à vontade, dos outros. Desaparecia, a gente ia lá procurá, não tava mais. Os presos negociavam ali na Colônia, faziam criação, de gado, de porcos, galinha, plantavam tudo prá eles [...] (apud LAGO, 1983, p. 50).

De forma semelhante, Suzana Bitencourt apresenta o relato do senhor Lídio Cunha, antigo morador da comunidade que conta: “aqui o campo onde tem o balneário era o campo do povo e o outro de cima, da estrada para cima, era do governo e lá de baixo era da prefeitura do município” (apud BITENCOURT, 2005, p. 32). Ainda, tanto Lago (1983) quanto Bitencourt (2005) falam a respeito da região mais próxima à praia. Segundo Lago (1983), os habitantes mais pobres construía suas casas perto da praia, nos terrenos da marinha. Muitos entrevistados demonstraram estranheza ao fato de esses serem os terrenos mais valorizados nos anos 1980. Adicionalmente, Bitencourt (2005) explica que, na memória das pessoas entrevistadas, a beira da praia era o lugar dos mais pobres, das prostitutas e dos escravizados.

Os campos utilizados comunitariamente, descritos com alguns detalhes nas entrevistas de Lago (1983) e não muito aprofundados pela autora, são os mesmos campos de uso comunal abordados no trabalho de Campos (1989). O autor destaca que existiram campos de uso comum de grandes extensões em Canasvieiras, como o Campo dos Morretes, Campo Novo, Campo do Porto, Caminho da Vargem, Campo Geral, Campo dos Araçás, Campão da Travessa, Campo da Coroa e Campo da Colônia, dando destaque principalmente para os dois últimos. O Campo da Colônia era parte do Campo da Coroa e, conforme Campos (1989, p. 176), essa área foi utilizada comunalmente por habitantes de Canasvieiras, mas também de Cachoeira do Bom Jesus e Ponta das Canas. Bem como aparece nos relatos coletados por Lago (1983), Campos (1989) explica que, nesse período, Cantalício de Araujo Roslindo, tesoureiro da Delegacia Fiscal da Capital, juntamente com João Moura, comerciante e dono de loja de ferragem junto ao Mercado Público, se apropriou do campo. Mais precisamente, Cantalício conseguiu uma concessão do estado de Santa Catarina, com o órgão que cuidava dessa questão na época, a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, de uma área de terra de 4.344.728,00 m², no ano de 1923. No fim da década de 1930, foi demandada uma investigação junto à Secretaria sobre a utilização da gleba e, frente a isso, o secretário solicitou um parecer técnico sobre a situação de produção da área. É válido recordar que era previsto no contrato que o concessionário aproveitasse racionalmente as terras dentro de dez anos. Por não cumprir com essa cláusula, Cantalício perdeu seu título de concessão. Segundo Schinke (2017, p. 245), esse foi o único caso em Florianópolis identificado por ele de uma cassação de concessão feita pelo Estado. A gleba voltou ao Estado como terra devoluta, sendo uma parte dela transformada em Parque Florestal e outra em Colônia Penal Agrícola.

A ideia presente no relato do pescador e funcionário público aposentado de que os detentos da Colônia Penal Agrícola furtavam os moradores de Canasvieiras também aparece no jornal catarinense “O Estado”. Em 28 de novembro de 1954 o jornal publicou uma notícia com o título “Roubos e mais roubos em Canasvieiras”, em que relata furtos contínuos na Praia de Canasvieiras e reclama da “excessiva liberdade que se nota na Secção Agrícola da Penitenciária, desastrosamente localizada bem próxima a excelente praia de Canasvieiras” (O ESTADO, 1954a, p. 12). Em resposta a essa publicação, três dias depois, Romeu Sebastião Neves, diretor da Penitenciária, reclama das graves acusações feitas à Colônia Penal Urbano Sales, em funcionamento há 14 meses, as quais tentam ligar os recentes roubos aos

sentenciados. O diretor adiciona: “por aí vê V.S. que as reclamações visam fazer ‘onda’ contra a Colônia e defender o interesse de alguns que tem terrenos para lotear e necessitarem de passagem pelos terrenos fronteiros aos da Penitenciária e hoje de posse desta” (O ESTADO, 1954b, p. 8).

Em 02 de dezembro de 1954, a discussão continua com a notícia “Ainda sobre os roubos de Canasvieiras”, que informa que as propriedades do dr. Francisco de Assis e do Cel. Duarte Pedra Pires foram assaltadas pela segunda vez. Por coincidência, no mesmo dia evadiu-se da Colônia Penal Osvaldo João da Silva, conhecido como “Pelado”, que cumpria pena de furto. Assim, a matéria conclui que o autor dos furtos é esse mesmo homem e continua:

Chamamos atenção das autoridades competentes para o fato apontado, que exige o máximo interesse, pois as suspeitas se avolumam contra detentos daquela colônia penal, que ali não deviam estar senão depois de comprovada aptidão para a vida em semiliberdade. O descaso, a indiferença acarretará, sem dúvida, o aniquilamento de nossa maravilhosa praia cujo desenvolvimento, pelo número de construções novas, se vêm notando nestes últimos anos (O ESTADO, 1954c, p. 8).

No dia 03 de dezembro, “O Estado” publica uma carta de Francisco de Assis endereçada ao diretor do jornal, respondendo à carta de Romeu Sebastião Neves. Nela, Francisco de Assis rebate à acusação do diretor da Penitenciária de que as reclamações de furtos visavam fazer “onda” contra a Colônia e argumenta que sempre foi defensor da localização da Colônia Penal, prevendo enormes benefícios ao distrito de Cachoeira do Bom Jesus.

Com relação a tirada leviana do dr. Sebastião Neves de que as reclamações “visam interesses de alguns que tem terreno para lotear” é destituída de qualquer fundamento e devo esclarecer a V.S., sr. Diretor, que de nenhuma forma me atinge, de vez que nunca necessitei, não necessito e nunca pedi passagem pelos terrenos da Colônia. Muito ao contrário, os sentenciados sempre se valeram da estrada existente em meu terreno, para ter acesso à praia, usando e abusando, sem sofrer qualquer oposição de minha parte (O ESTADO, 1954d, p. 8).

Essa discussão no jornal é interessante para se compreender os discursos de correlação de furtos com os sentenciados da Colônia Penal, além do entendimento de que a instalação da instituição na região prejudicaria o turismo na praia de Canasvieiras. Contudo, conforme relatos de ex-usuários feitos à Campos (1989), o Campo da Colônia, região onde a Colônia Penal Agrícola estava instalada, perdurou com usuários até o ano de 1986. Campos (1989) cita outros exemplos de apropriação privada de campos comuns em Canasvieiras, como parte do Campo da Coroa, área em que Nico Pereira se apropriou na década de 1920 e, após passar por inúmeras vendas, é comprada por Celso Ramos, governador de Santa Catarina entre o

período de 1961 a 1966. Outro exemplo é o da família Brito que se apossou de logradouros públicos em Canasvieiras, especialmente de áreas mais próximas ao mar. Luiz Alves de Brito, que foi subdelegado, Juiz de Paz, vereador e presidente da Câmara Municipal de Florianópolis em meados do século XIX, foi acusado de distribuir terras dos campos comuns para pessoas mais pobres e de favorecer pessoas que se apossaram da terra e taparam caminhos públicos (CAMPOS, 1989).

Assim como Cantalício de Araujo Roslindo, os descendentes de Luiz Alves de Brito conseguiram se apropriar de terras por meio de concessão do Estado. José Luiz Alves de Brito conseguiu uma área de 113.096,00 m² em 1973, pelo IRASC (SCHINKE, 2017, p. 328). Segundo Campos (1989, p. 179), José Luiz, conhecido como “Zilico”, era cabo eleitoral da UDN e também Intendente no período militar, quando dominou grande parte das áreas comuns de Canasvieiras e Jurerê. Além da concessão de Zilico, o IRASC entregou dezoito títulos de terra em todo o distrito de Canasvieiras, sendo o maior deles a concessão para a Sociedade 19 de Março, na Daniela, que contabilizava 643.924,00 m². No período anterior ao IRASC foram entregues vinte e oito títulos em todo o distrito, como foi o caso de Cantalício; além da Empresa Balneária Beira Mar, que recebeu 259.200,00 m² para a construção do hotel de Canasvieiras, na década de 1930; e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, na década de 1950 (SCHINKE, 2017, p. 327-337).

Desse modo, Campos (1989) torna evidente processos de apropriações de campos comuns tanto por privados quanto pelo Estado. A partir de meados do século XX, com os interesses especulativos emergindo na capital catarinense, decorrentes de processos de urbanização e valorização fundiária, o valor de uso da terra foi transformado em mercadoria do mercado imobiliário, principalmente na região norte da Ilha (CAMPOS, 1989), temática que será aprofundada nos próximos capítulos. Por fim, com o intuito de levantar questões referentes ao direito à terra em Canasvieiras, bem como, os conflitos fundiários e disputas sobre o sentido da história nessa localidade, como levanta Motta (1996), é possível compreender que algumas práticas relacionadas à terra são processos históricos e seculares, e que, muitas vezes, a legislação promove irresoluções com o intuito de favorecer e legalizar práticas de usurpação por especuladores e elites fundiárias (HOLSTON, 1993).

3 CONTEXTO POLÍTICO E PLANEJAMENTO DO TURISMO NA CIDADE

O processo de urbanização voltado ao turismo em Canasvieiras faz parte de um contexto político. Assim, o objetivo desse capítulo é compreender esse contexto, tanto na esfera municipal quanto estadual e, com isso, delinear os projetos de planejamento turístico para Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960. Para tal, recua-se alguns anos no tempo, para a década de 1930. Nesse período, com a instauração do Estado Novo em 1937, Nereu Ramos, da oligarquia de Lages, foi indicado como interventor de Santa Catarina, permanecendo no cargo até 1945. A partir desse ano novos partidos se formam, como o Partido Social Democrático (PSD), controlado pela oligarquia Ramos. De acordo com Carreirão (1988, p. 44), no início, bem como no resto do país, o PSD foi estruturado pelos grupos que se encontravam no poder em cada Estado. O partido continuou no governo de Santa Catarina até janeiro de 1951, com o governador Aderbal Ramos da Silva, eleito quatro anos antes.

Nas eleições de 1951, é eleito como governador Irineu Bornhausen, da União Democrática Nacional (UDN). Conforme Carreirão (1988, p. 51), a base da estruturação da UDN foram os grupos desalojados do poder em 1930; em Santa Catarina, o partido é liderado por Adolfo Konder e sua família, aliada com a família Bornhausen. No entanto, segundo Laus (1985), já no início da década de 1950, com a aproximação de Irineu e Getúlio Vargas, a oligarquia Konder-Bornhausen sofre com divergências internas que acabam por afastar Adolfo Konder da liderança do partido. A UDN permanece no governo de Santa Catarina até 1961, quando é eleito Celso Ramos, do PSD. Em 1965, já instaurada a ditadura civil militar no país, o Ato Institucional n. 2 extingue os atuais partidos políticos e, a partir daí, é adotado o bipartidarismo: o MDB e a ARENA. Esse segundo reuniu as oligarquias Ramos e Bornhausen.

Segundo Reinaldo Lindolfo Lohn (2002, p. 38), as oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen, abrigadas nas legendas do PSD e da UDN, eram um caso de “bipartidarismo quase absoluto”. Isso se devia ao fato de que ambas oligarquias disputavam voto a voto a preferência eleitoral dos catarinenses e formavam um bloco de poder que dominava o Estado, já que não havia uma ameaça ao predomínio dos dois grandes grupos conservadores. “As diferenças de ordem ideológica eram muito menos importantes do que as disputas pelo controle da capacidade de investimento e empregabilidade do Estado em áreas e setores de crescimento imobiliário e a expansão em grande escala dos investimentos capitalistas a partir dos anos 50” (LOHN, 2002, p. 38). Além disso, Carreirão (1988, p. 50) menciona o controle

dos principais meios de comunicação como estratégia dos grupos que estavam no poder político do Estado. O autor cita como exemplo o jornal “A Gazeta”, que até 1951 foi quase como um órgão oficial do PSD e, a partir desse ano, passou a defender as posições da UDN, partido que havia assumido o poder estadual. Ao contrário de seu concorrente, que adotava uma posição “governista” de quem estivesse no poder, o jornal “O Estado”, criado em 1915 por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa, passou a ser propriedade de Aderbal Ramos da Silva em 1945 e, desse modo, contava com recursos mobilizados pelos interesses partidários de seu dono (LOHN, 2002, p. 117).

No âmbito da política municipal em Florianópolis, até 1954 os prefeitos eram indicados pelos governadores. Isso quer dizer que, até esse momento, os partidos que governavam a capital catarinense eram os mesmos do governo do estado de Santa Catarina. Carreirão (1988) indica um domínio pessedista em Florianópolis, atribuindo esse fato à força política de Aderbal Ramos da Silva, chefe político do PSD na capital, eleito governador em 1947 e deputado federal em 1945 e 1954. Após a administração de Paulo Fontes da UDN, considerado pela oposição como o “pior prefeito do sul do mundo”, Osmar Cunha, do PSD, se torna o primeiro prefeito eleito de Florianópolis e chega ao poder em 1954 (LOHN, 2002). A vitória de Osmar Cunha, além de reafirmar o domínio do PSD, indicava a afirmação de um tipo de cidade almejado, desse modo, novos valores começavam a se afirmar nos discursos correntes sobre o futuro de Florianópolis (LOHN, 2002, p. 253).

Um argumento presente na tese de Lohn (2002) é o de que, na década de 1950, muitos produtores de discursos que circulavam em Florianópolis, como rádios, jornais e revistas, estavam marcados pela ideia de futuro, no qual se abriria um horizonte com conquistas tecnológicas, eletrificação no Estado, indústrias, novos bens de consumo etc. Por outro lado, a ideia de futuro não empolgava a todos e a visão de uma cidade sem futuro, parada no tempo, também era comumente divulgada. De acordo com o autor, começa a se desenvolver uma “cultura de futuro”, que em suas palavras é:

[...] uma série de hábitos e aspirações sociais em que vicejavam uma maneira de encarar a vida tomando-a em relação com o tempo linear, que empurraria para adiante a superação de dificuldades e o alcance de estágios de “evolução” superiores para a sociedade. Seja pela esperança no porvir ou justamente pelo seu oposto, o futuro instigava e, talvez, conduzia ou a um estado de euforia ou de uma ansiedade jamais satisfeita” (LOHN, 2002, p. 29-30).

Essa “cultura de futuro”, uma experiência social das classes médias, não era exclusiva de Florianópolis, mas se alinhava a um contexto nacional. O governo de Juscelino Kubitschek

(1956 a 1960) foi marcado por um projeto nacional-desenvolvimentista, em que se prezava a ideia de um crescimento acelerado por meio de investimentos estatais maciços em indústria de base e infraestrutura, simultaneamente com a abertura da economia para o capital estrangeiro. Ademais, as noções de mudança e novidade do futuro conviviam com a permanência de estruturas de poder e relações sociais hierarquizadas em Florianópolis e em toda Santa Catarina. Assim, as alternativas para o futuro da cidade estavam ligadas aos grupos de poder e, embora o turismo tenha sido a saída adotada, havia outros projetos pensados para a cidade (LOHN, 2002, p. 102).

Ainda de acordo com Lohn (2002, 69-70), nos anos 1950 o afastamento do PSD do governo implicava inclusive na posição de Florianópolis como capital de Santa Catarina. Por conta disso, começavam a surgir com mais forças propostas de transferência da capital para outra cidade do interior, sob os argumentos da posição geográfica isolada da ilha e da sua inferioridade econômica, tendo em vista o desenvolvimento industrial de outras cidades do estado. Por esse lado, o crescimento acelerado que poderia legitimar Florianópolis enquanto capital dependia então de um modelo industrial. Sendo assim, durante a gestão do prefeito Paulo Fontes (UDN), foi encomendado um Plano Diretor para que se esboçasse a expansão urbana da cidade.

O primeiro Plano Diretor de Florianópolis foi elaborado em 1952 por um escritório gaúcho formado pelo engenheiro Edvaldo Pereira Paiva e os arquitetos Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff. Esse escritório já havia elaborado planos para outras cidades do Rio Grande do Sul e estava desenvolvendo também nessa época o Plano Diretor de Porto Alegre. O Plano de Florianópolis foi aprovado pela Câmara de Vereadores em 1955, transformando na lei n. 246/55, que ficou em vigência até 1976, com a aprovação de um novo Plano Diretor. Durante o tempo que ficou em vigor, muito pouco do que foi proposto foi implantado (SOUZA, 2010). Segundo a avaliação dos urbanistas,

[...] atualmente, a razão de ser de Florianópolis é, ainda e principalmente, a sua função de capital do Estado ou, mais exatamente, a de sede do Governo Estadual. Florianópolis está atrasada, do ponto de vista industrial e comercial e o seu “hinterland” não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna (PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF, 1952, p. 12).

Assim sendo, o plano resgata a função portuária da cidade como solução para o “atraso”. Isso resulta no ponto central do Plano Diretor, que é a implantação de uma grande área portuária e industrial. O porto, segundo o projeto, seria construído na parte continental em um grande aterro, e em seu entorno deveria ser implantada uma zona comercial e uma

zona industrial que, mais a frente, atrairiam zonas residências para o continente e a verticalização de suas edificações. Enquanto isso, o centro tradicional da ilha permaneceria com suas funções de centro cívico, comercial, administrativo, de serviços e das atividades residenciais. “Essa localização sugeria que a ilha seria o local a ser ocupado pela população de alta renda, já que a implantação de uma estrutura portuária, naquela época, provavelmente levaria à desvalorização do solo das áreas adjacentes” (SOUZA, 2010, p. 78).

Além disso, para o sistema viário, o Plano previa a construção de uma Avenida Tronco, que ligasse a ilha ao continente e estruturasse a disposição dos principais equipamentos públicos. Também era previsto a implementação de um anel rodoviário para melhorar a conexão interna da península central, que seria formado pelas duas principais avenidas do Plano: a Avenida Tronco e a Avenida Beira-Mar Norte. De acordo com Souza (2010), seguindo uma característica das cidades modernistas, a proposta de hierarquia para o sistema viário classifica as vias em: avenida tronco, vias principais e vias de habitação. No entanto, a Avenida Beira-Mar Norte foi uma das poucas propostas efetivadas do Plano Diretor, que teve sua construção iniciada na década de 1960 com uma largura menor que o previsto.

O desenvolvimento do turismo não foi considerado como um potencial econômico pelo Plano Diretor, apenas como função acessória da cidade, como pode ser visto a seguir:

O desenvolvimento do turismo ou, melhor, o seu surgimento, pode parecer a alguns uma função fundamental para Florianópolis. A cidade é, certamente, uma das mais belas do país, não só do ponto de vista da paisagem natural do lugar como, também, e talvez mais ainda, pela beleza singular de alguns pontos da cidade e pelo grande conteúdo tradicional de suas construções. No entanto, a função turística de um lugar depende, também, da existência de um fluxo regular de turistas provindos de lugares próximos. O turista proveniente de estados ou países distantes não pode constituir uma esperança séria e, muito menos, uma garantia de mercado turístico para Florianópolis. É fácil ver que o nível econômico das regiões vizinhas não é de molde a proporcionar um tipo de turista que, pelo número e poder aquisitivo seja capaz de determinar o progresso de uma cidade de mais de cinquenta mil habitantes. Acreditamos, assim, que o turismo poderá ser uma função acessória da cidade, que reúne muitas condições para isso. Não pensamos que tal função possa adquirir primazia sobre a função econômica de produção e de intercâmbio, única capaz, a nosso ver, de sustentar uma grande urbe (PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF, 1952, p. 19).

Por outro lado, nesse mesmo período, os investimentos no setor turístico também eram vistos como a grande alternativa para a cidade. De acordo com Bitencourt (2005), embora desde muito cedo os discursos convergissem para despertar a vocação turística da ilha, “ainda não se tinha estabelecido a direcionabilidade para Florianópolis em termos de perspectiva nos

encaminhamentos para projetos de cidade, ou seja, não havia um caminho a seguir relacionado a investimentos em infraestruturas que despontavam” (BITENCOURT, 2005, p. 88). Como menciona Lohn (2002), a indústria turística, que era crescente na Europa e nos Estados Unidos, não deixava de ser comentada com frequência nos meios de comunicação da cidade, inclusive no jornal “O Estado”, impresso que será analisado nesse trabalho.

É comum encontrar no jornal “O Estado” matérias que defendem o empreendimento turístico na ilha. No início da década de 1950, o jornal fazia isso ao mesmo tempo em que cobrava esses investimentos do governo de oposição de Paulo Fontes (UDN). Por exemplo, na Coluna “Frechando”, de 06 de fevereiro de 1951, o jornal comenta que quando eles faziam parte do governo, ou seja, o PSD, foram acusados de fazer muitas promessas. Por conta disso, são listadas as dezesseis principais promessas do novo governo para a cidade, a maioria delas voltadas para o desenvolvimento econômico da capital, propostas que também vão aparecer mais tarde no Plano Diretor. No entanto, a terceira faz uma vaga menção ao turismo: “aproveitará para o turismo e para atração de visitantes as belezas naturais da Ilha – Lagoa, Inglêses, Canasvieiras, Campeche, etc” (O ESTADO, 1951a, p. 8). A coluna ainda ironiza “à medida que elas forem sendo cumpridas, riscá-las-emos da pauta. E quando a última for riscada, lá estaremos na Prefeitura e aqui neste desprezioso cantinho, a abraçar e a louvar o prefeito operento e milagreiro” (O ESTADO, 1951a, p. 8).

Em 27 de fevereiro de 1955, o jornal faz uma matéria intitulada “Plano Turístico para a Ilha”, em que inicia dizendo:

Cada vez nos convencemos mais de que a ilha de Santa Catarina tem um destino grandioso – e esta certeza nos dão as belezas sem par de que a dotou a natureza. Difundir o turismo em larga escala – eis o que é imprescindível. E, para isso, fazer uma propaganda inteligente, de efeito, de alcance, que, lá fora, impressione, dê uma ideia firme e não precisa ser real dos nossos mais pitorescos recantos, porque a realidade, no caso, para que a admiremos e louvemos, só vendo-a” (O ESTADO, 1955, p. 3).

Ademais, a publicação traz o exemplo de Punta del Este, apresentado como o grande centro turístico do momento, a atração máxima dos “grã-finos”. “Cada qual faz uma ideia absurda e inexata daquela nesga de terra do ‘Mar del Plata’, como se lá fosse, de verdade, o éden terrestre, o lugar das mil e uma maravilhas” (O ESTADO, 1955, p. 3). Desse modo, o argumento utilizado nessa matéria é de que não há Ilha mais bonita que Florianópolis, superando em belezas naturais até o balneário de Punta del Este, o ponto turístico dos milionários daquele momento. Entretanto, o que faltava era a divulgação, para que a cidade fosse conhecida, não importando a veracidade da propaganda.

Nesse período, Osmar Cunha já havia sido eleito prefeito da cidade e, como já comentado, a eleição de 1954 indicava a afirmação de um tipo de cidade almejado, com outros valores começando a se fazerem presentes nos discursos sobre os projetos para o futuro da cidade (LOHN, 2002). Conforme Lohn (2002), o Plano Diretor de 1952 foi deixado de lado e não seguiu adiante na implantação. Por outro lado, o turismo, que até então aparecia bastante na imprensa, mas que não havia se tornado efetivamente parte do discurso oficial, se converteu em uma meta na cidade. Projetos e planos de alguns empresários ou proprietários de terras balneárias foram paulatinamente sendo incorporados pelo poder público. Nesse contexto, o prefeito anunciou como planos a construção de hotéis em lugares como os Ingleses, Lagoa ou Pântano do Sul e a pavimentação da estrada do Morro da Lagoa da Conceição, com implementação de melhorias para as condições turísticas do local, como a construção do mirante, jardins, vias de contorno e uma grande área de estacionamento. Além disso, o prefeito lançou em pouco tempo uma série de obras, como a estrada do aeroporto, por meio de financiamentos diversos e operações na receita pública (LOHN, 2002, p. 253-254).

Conforme Lohn (2002), para a imprensa ligada aos interesses do PSD, Cunha era o prefeito que havia declarado guerra à rotina e o protótipo do administrador moderno, como é o caso da matéria de 11 de julho de 1957, intitulada “Governo honesto e construtivo”, em que “O Estado” exalta a administração do prefeito. Em contrapartida, os jornais de oposição ressaltavam que a maior parte das obras na cidade eram de responsabilidade do governo estadual, da UDN. No geral, as matérias selecionadas do jornal “O Estado” não somente vibram com a alternativa do turismo para o desenvolvimento da cidade, mas cobram a infraestrutura necessária para tal. Na coluna “Nossa Capital” de 08 de janeiro de 1956, escrita por Oswaldo Melo, o autor pontua que “não poderá haver turismo sem hotéis” (O ESTADO, 1956a, p. 8), pois os turistas não procuram somente belezas naturais, mas também um bom repouso e comodidade. Esse posicionamento aparece mais de uma vez na coluna de Oswaldo Melo, já no ano de 1961 Melo reclama da falta de bares e churrascarias nas praias, “qualquer coisa enfim, que sirva para dar a impressão de que a gente não tenha de passar fome e sede...” (O ESTADO, 1961, p. 2). Também na reportagem de Fernando Souto Maior, “Turista é gente exigente: de boas estradas também depende o sucesso do turismo”, de 13 de julho de 1958, se retorna à ideia já apresentada da propaganda inexata, mas agora em um tom de crítica, uma vez que essas propagandas omitem “as condições oferecidas para o máximo conforto e facilidade de locomoção de quem vem de longe” (O ESTADO, 1958, p. 1). A reportagem

argumenta que ao se deparar com a falta de hotéis e, principalmente, a rede rodoviária de difícil acesso, o turista irá perder o entusiasmo e dificilmente retornará à cidade.

Ainda, em algumas matérias, o jornal cobra o governo do Estado em relação às obras para a capital. Em 20 de julho de 1957, a matéria “Que é da estrada estadual para Canasvieiras?” questionava o governador Jorge Lacerda se as obras da estrada para Canasvieiras, iniciadas no governo de Irineu Bornhausen e naquele momento paralisadas, seriam concluídas, já que o governo havia anunciado que asfaltaria em dezoito meses a estrada de Blumenau a Itajaí. “Por que foram ali interrompidas as obras, quando em outras regiões e especialmente em Itajaí-Blumenau, elas assumem proporções de obras de Santa Ingrácia, sempre prosseguidas, nunca paradas, como se a sua interrupção importasse na queda do Governo?” (O ESTADO, 1957b, p. 8). No mês seguinte a isso, a notícia “O déficit do governador” anunciava que o governo deixava um déficit de 200 milhões e questionava “em que tanto se gasta – que não se vê?”. Seguida dessa questão, vem uma série de perguntas de onde estão algumas obras como o Instituto de Educação, a Cidade Universitária, a estrada da Base Aérea, a estrada de Canasvieiras etc.

Em meados da década de 1960, já com a mudança da UDN para o PSD no governo do estado, o jornal publica algumas notícias sobre o plano de eletrificação para o interior da Ilha de Santa Catarina. Na noite de 05 de janeiro de 1964, o governador Celso Ramos e outras autoridades estaduais compareceram às solenidades de inauguração da energia elétrica em Canasvieiras e Jurerê. Conforme a matéria, o governador afirmou “ser a energia elétrica necessária ao desenvolvimento turístico de Florianópolis, mas, principalmente, um imperativo social à melhoria das condições de vida e trabalho da população humilde das praias do interior da Ilha” (O ESTADO, 1964, p. 8). A partir de então, com a campanha de eletrificação da ilha, algumas matérias já apresentam uma ideia mais positiva e concreta do turismo em Florianópolis. Na coluna “Nossa Capital”, em 21 de janeiro de 1965, Oswaldo Melo escreve que as estradas estão recuperadas para os caminhos das praias, todas iluminadas, com pequenos restaurantes aparecendo em Jurerê, Canasvieiras e Lagoa da Conceição. Assim, afirma que “Florianópolis está vivendo vida nova e promissora” (O ESTADO, 1965a, p. 2). No mesmo ano, a matéria “Variações sobre o turismo” afirma que embora incipiente, o turismo em Florianópolis já existe. De acordo com esse material, em 1964, na temporada de verão, visitaram a cidade seiscentos e quinze uruguaios e trezentos e trinta e quatro argentinos, sendo crescente o número de carros uruguaios e argentinos a cada verão. A

matéria exalta as belezas naturais da ilha e declara: “podemos ter turismo porque temos o que oferecer” (O ESTADO, 1965b, p. 5).

Através da observação de algumas matérias do jornal “O Estado” é possível identificar certo entusiasmo com o desenvolvimento do setor turístico na cidade, principalmente para a porção norte e leste da ilha, abrangendo localidades como Jurerê, Canasvieiras, Ingleses e Lagoa da Conceição. Também por ser de propriedade do líder do PSD, o posicionamento do jornal é muito atrelado aos interesses do partido, geralmente direcionando suas críticas às administrações municipais e estaduais que tinham como representante um político do partido de oposição, a UDN. Contudo, o jornal traz elementos para se analisar as articulações do poder estadual e municipal, no que diz respeito aos investimentos de infraestrutura para o turismo. Como destaca Lohn (2002), o futuro turístico estaria nas mãos do governo.

Ao mesmo tempo em que propala-se a expansão de um setor terciário da economia que estava recém aparecendo, intensificava-se a necessidade de intervenção estatal no setor produtivo, dentro de uma visão marcante no período de que ao Estado deveria caber a planificação e ações que visassem balizar o desenvolvimento (LOHN, 2002, p. 34).

A partir dos investimentos estatais no desenvolvimento viário da ilha é possível compreender a materialização do projeto turístico. De acordo com Maria Inês Sugai (1994), entre as décadas de 1950 e 1960, as elites definiram a área norte da península para a localização de suas áreas residenciais e investimentos imobiliários, bem como teve início os interesses turísticos e imobiliários pelos balneários ao norte e leste da Ilha. Isso fez com que o Estado, em sua esfera municipal, estadual e federal, elaborasse planos urbanos e executasse grandes obras de intervenções viárias na Ilha de Santa Catarina, muitas das quais exigiram modificações na legislação e nos planos existentes. Como já comentado, uma das poucas proposições executadas do Plano Diretor de 1955 foi a construção da Avenida Beira-Mar Norte, que teve início em meados dos anos 1960, no governo de Celso Ramos, e concluída no início da década de 1970, pelo governador Ivo Silveira. A abertura dessa avenida ao longo da orla da baía norte garantia acessibilidade e consequente valorização da área norte da península (SUGAI, 1994, p. 70).

Assim como a conclusão da Beira-Mar Norte, a década de 1970 teve como característica o grande número de intervenções do Estado no espaço urbano, além de ser o momento em que o crescimento do setor turístico começou a se intensificar. Nesse período também se deu a finalização da rodovia BR-101, que possibilitou a interligação de

Florianópolis a outras capitais e áreas produtoras estaduais e regionais. Para Sugai (1994), esse acesso rodoviário foi imprescindível para a solidificação do turismo que vinha se desenvolvendo na cidade desde os anos de 1960. Assim, “a BR-101 ajudou a impulsionar o uso do transporte rodoviário e também a execução das grandes obras viárias na cidade, que deram acesso a localidades com potencial turístico e até então inacessíveis” (SUGAI, 1994, p. 113).

Em 1972, também tiveram início as obras da rodovia SC-401, do trecho que fazia a ligação do bairro Itacorubi aos balneários do norte da ilha, sendo concluída a pavimentação dois anos depois. Essa rodovia começa no Itacorubi e conduz aos balneários de Canasvieiras, Jurerê e Ingleses, através das conexões com a SC-402 e a SC-403. Como ressalta Sugai (1994, p. 114), a SC-401 e a Avenida Beira-Mar Norte, na virada dos anos 1960 para os 1970, eram as rodovias priorizadas para serem executadas. No mesmo período iniciavam-se as obras da ponte Colombo Salles e os aterros na Ilha e no Continente, que davam apoio aos acessos à ponte. Segundo Sugai (1994, p. 152), a obra mais significativa do município foi a Via de Contorno Norte-Ilha, que tem início no Aterro da Baía Sul, junto à rótula que faz interconexão com a Ponte Colombo Salles, e segue a partir daí em cinco avenidas – Avenida Oswaldo Rodrigues Cabral, Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, Avenida Governador Irineu Bornhausen, Avenida da Saudade e Avenida Professor Henrique da Silva Fontes. Com as obras iniciadas em 1977, a Via de Contorno Norte-Ilha tornou-se a primeira via expressa intra-urbana a ser construída em Florianópolis, tendo grande relevância no processo de organização territorial das classes sociais na capital catarinense. Desse modo, as intervenções viárias de ações estatais contribuíram para delimitar as principais áreas residenciais e de veraneio das camadas sociais de mais alta renda, estruturando a sua localização nas proximidades da Via de Contorno Norte, a partir do centro da cidade, em direção aos balneários do leste (SC-404) e norte (SC-401) da ilha.

Maria Inês Sugai utiliza o conceito de segregação urbana para explicar o processo de ocupação ao norte pela população de renda mais alta, enquanto a população de mais baixa renda vai deslocando-se para os territórios continentais de Florianópolis e outros municípios como Palhoça, Biguaçu e São José, que são conectados pela BR-101. A segregação urbana se constitui no processo de ocupação e de concentração de uma classe ou camada social em uma mesma área ou região do espaço urbano e, além disso, é uma manifestação espacial das desigualdades sociais. Dessa forma, a classe dominante tem instrumentos para decidir e

priorizar a ocupação e qualificação de bairros que são de seu interesse, como é o caso da metade norte da ilha. “As áreas habitadas pela classe dominante constituíram-se em uma concentração espacial de poder econômico e também de poder político, com a capacidade de pressão para garantir a valorização da terra” (SUGAI, 2016, p. 225). Por outro lado, as camadas sociais mais pobres e excluídas ocupam os espaços que sobram na cidade, nos assentamentos informais em áreas periféricas ou bairros centrais (SUGAI, 2016).

É possível pensar o caso de Jurerê como exemplo de segregação urbana, em que uma classe dominante ocupa uma área do espaço urbano e interfere política e economicamente. Anteriormente, a região de Jurerê, que até a década de 1960 foi chamada de Praia do Forte, era constituída por campos comuns, uma extensão geográfica das áreas comunais de Canasvieiras. No entanto, na década de 1920, a Prefeitura concedeu essas terras à Antônio Amaro da Costa, em troca de terrenos localizados na saída da ponte Hercílio Luz, necessários para a construção dos acessos à ponte. Em 1935, após a morte de Antônio Amaro, Aderbal Ramos da Silva compra as terras da viúva e, anos mais tarde, lança seu projeto imobiliário por meio da Imobiliária Jurerê. No fim dos anos 1970, a empresa Habitasul comprou o restante da área que ainda não havia sido urbanizada e, conforme Mezzomo (2009), propôs um plano de urbanização com o foco na formação de uma comunidade de alto padrão, denominado Jurerê Internacional. Mezzomo (2009) defende que esse planejamento e desenvolvimento urbano de Jurerê teve influências do modelo *New Urbanism*, movimento surgido na América do Norte no início dos anos 1960. Para Santos (1993), historicamente, a formação espacial de Jurerê seguiu os mesmos princípios de Canasvieiras. Entretanto, diferencia-se por ser um investimento de iniciativa privada, enquanto Canasvieiras teve inicialmente a participação do Estado, com a abertura de loteamentos, questão a ser aprofundada no próximo capítulo.

Tendo isso em vista é possível compreender que, concomitante ao processo de apropriação de terras comuns, na década de 1950, havia uma produção de discursos marcados pela ideia de futuro, em que as noções de novidade e mudança conviviam com velhas estruturas de poder e relações sociais hierarquizadas na cidade de Florianópolis (LOHN, 2002). Como observado ao longo deste capítulo, o jornal “O Estado”, ligado ao grupo possedista, fazia uma grande defesa do empreendimento turístico na capital do estado, ressaltando as “belezas naturais” da ilha e cobrando por investimentos em infraestrutura. Como as alternativas para o futuro da cidade estavam ligadas aos grupos de poder, conforme Lohn (2002), nesse contexto, as manifestações em defesa do turismo se tornam parte do

discurso oficial político, sendo adotado como a saída para o futuro e se convertendo em uma meta para a cidade. A partir disso foi possível analisar como o poder público passa a incorporar planos de alguns empresários ou proprietários de terras balneárias, bem como, aplica investimentos estatais no desenvolvimento viário da ilha, que exigiam modificações na legislação e em Planos Diretores existentes e favoreciam a valorização dos balneários ao norte e leste de Florianópolis.

4 APROPRIAÇÕES DE TERRAS E TURISMO EM CANASVIEIRAS

Como foi abordado nos capítulos anteriores, nas primeiras décadas do século XX Canasvieiras era predominantemente uma localidade rural, de pescadores e agricultores, com difíceis acessos ao centro da cidade e, principalmente, uma região de terras de uso comum. Embora os projetos de turismo para a região ganhem mais força após a década de 1950, Suzana Bitencourt (2005) toma como marco fundador do turismo em Florianópolis a inauguração do Hotel Balneário na praia de Canasvieiras, na década de 1930. A construção do hotel em Canasvieiras iniciou em 1930, no mesmo ano em que o primeiro hotel da cidade foi inaugurado, o Hotel Majestic, localizado no centro da cidade; e foi por meio de um grupo de acionistas que fundaram a “Empresa Balneária Beira Mar”, a qual recebeu concessões de terra do Estado, como indicado no primeiro capítulo.

Após alguns percalços, a administração das obras do hotel passou a ser responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina e, conforme relatos feitos à Bitencourt (2005), a inauguração ocorreu no mesmo ano. Ainda no fim da década de 1930, o Hotel Balneário de Canasvieiras foi fechado e reinaugurado na década seguinte. Mesmo que a efetivação desse primeiro projeto de urbanidade não tivesse decolado da forma que os autores da ideia planejaram, conforme Bitencourt (2005), a construção do hotel alterou a percepção dos moradores em relação ao território da orla marítima.

Com efeito, as obras do hotel, a inauguração, as festas, a primeira iluminação no trecho em frente à praia, o churrasco que anunciou uma novidade comemorativa, enfim as alterações sociais e territoriais que, dentro de um projeto modernizador, respondiam ao novo contorno social no cotidiano da localidade, bem como a construção de um prédio destinado a receber famílias vindas inicialmente do centro da cidade de Florianópolis ampliou significativamente as fronteiras do visível naquela sociedade (BITENCOURT, 2005, p. 76-77).

Relacionado a essa questão, a autora explica que no início do século XX o banho de mar era uma prática incomum na região, já que a praia era vista pelos moradores com outras finalidades, referente a afazeres do trabalho. Sobre isso, o senhor Carlos Mateus da Silva, entrevistado por Suzana Bitencourt, comenta: “[...] o mar era só pra pescar, não tinha um pé de pessoa [...]. Então, quando chegava no tempo quente, meio-dia, o gado vinha todo pra praia, por causa dos bichos. Hoje, ao invés de gado, tem gente” (apud BITENCOURT, 2005, p. 41). Por meio das entrevistas com os antigos moradores do bairro, Bitencourt (2005) comenta que o lazer à beira-mar começou a ser uma prática mais comum na década de 1960, sendo que alguns moradores demonstraram uma estranheza inicial diante disso.

Ademais, as pessoas entrevistadas por Bitencourt (2005) deixam a entender um certo desinteresse em ocupar como moradia o território que compreende à orla marítima de Canasvieiras. Como já mencionado anteriormente, a beira da praia era vista, na memória dos entrevistados, como o lugar dos mais pobres, das prostitutas e dos ex-escravizados. Da mesma forma, afirma Lago (1983), que os habitantes mais pobres construía suas casas perto da praia, nos terrenos da marinha. Em uma entrevista de Mara Lago com um pescador não identificado, na década de 1980, o entrevistado comenta que, naquele momento, se a pessoa não tem um terreno para construir uma casa, vai morar na rua; “por que prá comprá, você não pode comprá. E antes, então tinha a praia, se você não tinha onde fizesse, fazia lá na praia, era seu. Então, tava morando” (apud LAGO, 1983, p. 124). Em meados do século XX, a percepção sobre esse território próximo à praia e as formas de utilizá-lo vão mudando com os planejamentos turísticos para Canasvieiras.

4.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM CANASVIEIRAS

O primeiro projeto de urbanização pensado para a praia de Canasvieiras foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Segundo Bitencourt (2005, p. 89), havia uma proposta de projeto, idealizada pela iniciativa privada, para a urbanização do litoral norte da Ilha de Santa Catarina em 1951. No entanto, esse projeto não foi efetivado e desapareceu sem deixar pistas. Assim, o primeiro projeto para Canasvieiras, cujo objetivo era a criação de um loteamento, foi regulamentado pela Lei nº 260 e publicado em 05 de março de 1956. Anteriormente, essa legislação se tratava do projeto de lei de número 49, datado de fevereiro de 1956 e de autoria do Prefeito Municipal, Osmar Cunha.

O primeiro artigo da lei autoriza o Poder Executivo “a lotear, para venda, uma área de terras de propriedade do Município, situada no distrito de Canasvieiras, com a área de 613.856,24 m²” (FLORIANÓPOLIS, 1956). Além disso, o artigo informa que a área a ser loteada está devidamente registrada nas fls. 278/279, do Livro 3-C, sob o número de 5.218, do Registro de Imóveis. Só por esse trecho já é possível entender do que se trata a legislação, uma vez que os próximos artigos giram em torno dessa área de um pouco mais de 61 hectares de terra a ser loteada. O segundo artigo autoriza também o Poder Executivo “a entrar em entendimentos com os atuais posseiros que possuírem títulos de boa-fé, afim de legalizar a situação dos mesmos, podendo ser feitas as permutas e desapropriações necessárias” (FLORIANÓPOLIS, 1956). Ainda, conforme o terceiro artigo, os servidores municipais

poderiam adquirir um lote pela metade do preço e os demais servidores públicos teriam um desconto de 20% sobre o preço da venda. Fica determinado também, no quarto artigo, que quem adquirisse um lote deveria iniciar as edificações em sua propriedade até um ano depois da compra. Para os servidores públicos, o prazo estabelecido era de dois anos, sendo que a obra deveria ser concluída no espaço de três anos. Em caso de descumprimento, o adquirente estaria sujeito a perda do terreno, ficando de responsabilidade do Município desapropriá-lo. Essa cláusula foi adicionada posteriormente ao projeto de lei, não estando presente na primeira versão do projeto. A legislação ainda estabelece que dentro de trinta dias da publicação, o Poder Executivo baixaria o regulamento necessário para o seu cumprimento, através do qual as condições de venda foram estabelecidas.

Assim, somente pela análise da Lei nº 260/1956 não é possível obter muitas informações a respeito da implementação desse projeto de loteamento, quem eram os posseiros que ocupavam essa área, ou até mesmo a procedência dessas terras loteadas pela Prefeitura. Para Suzana Bitencourt (2005), mesmo que a legislação tenha procurado favorecer a aquisição de lotes aos funcionários da Prefeitura, essas pessoas não contavam com os recursos disponíveis e não se interessavam pelas terras próximas da praia, que eram praticamente desabitadas e não dispunham o apelo especulativo que procede em anos posteriores.

Ao voltar a atenção ao jornal “O Estado”, na edição de 14 de janeiro de 1956, a matéria “Canasvieiras: um espetáculo fora do comum” inicia contando que, na manhã do domingo anterior, “quase uma centena de automóveis, caminhões e camionetes conduziram passageiros para uma das praias mais belas do sul do País” (O ESTADO, 1956b, p. 6). A matéria continua dizendo que os esforços da imprensa, do rádio e da Prefeitura de Florianópolis têm proporcionado um movimento de visitantes, durante os meses de verão, na Lagoa e Canasvieiras. O jornal instiga para que, principalmente, os conterrâneos tomem a tarefa de visitar com mais assiduidade aquilo que é deles, uma vez que, “o aparecimento de novas residências de veraneio em Florianópolis é um sinal sugestivo de que as perspectivas de desenvolvimento da Capital barriga-verde são bem animadoras” (O ESTADO, 1956b, p. 6).

Embora seja interessante analisar esse apelo do jornal para que as pessoas visitem Canasvieiras, o que chama mais atenção é o seguinte trecho:

Uma área de terras com mais de seiscentos mil metros quadrados, doada à Prefeitura pelo então governador Aderbal Ramos da Silva, deverá ser inteiramente loteada em Canasvieiras. Mais de quatrocentos lotes, que serão unidos aos lotes de outra grande gleba que deverá ser desdobrada. Sobre este assunto teremos oportunidade de dar

mais detalhes através deste veículo informativo. Por enquanto é preciso intensificar esta campanha publicitária que, felizmente, para nós da Rádio Guarujá e de “O ESTADO”, vai produzindo admiráveis resultados (O ESTADO, 1956b, p. 6).

Esse é o primeiro anúncio do jornal em relação ao loteamento da Prefeitura, feito dois meses antes da publicação da lei. O que se ressalta do trecho é a informação de que as terras do loteamento foram doadas pelo governador Aderbal Ramos da Silva (PSD), que esteve no governo do estado de 1947 a 1951 – questão a ser retomada mais à frente. No dia 31 de janeiro, o jornal já faz um pequeno anúncio dos “Loteamentos em Canasvieiras”: “conforme podemos antecipar, a Prefeitura de Florianópolis está no firme propósito de lotear diversos terrenos próximos à belíssima praia de Canasvieiras, e de abrir uma Avenida naquele recanto, arborizando-a mais tarde” (O ESTADO, 1956c, p. 6). A partir da edição de 06 de abril do mesmo ano, o periódico apresenta em forma de anúncio ao público geral, repetindo em diversas outras edições até o mês de maio, que já estavam abertas as inscrições para reservas de terreno no loteamento de Canasvieiras, mediante o pagamento de dois mil cruzeiros. O anúncio ainda acrescenta que todas as informações serão prestadas no Departamento de Fazenda de Florianópolis, conforme o decreto que regulamentou o loteamento (O ESTADO, 1956d). Essas são as poucas informações que o jornal oferece sobre o loteamento e, no caso da reserva dos lotes, não fica claro se esse é o valor total de um lote ou apenas uma parcela.

Além disso, é válido ressaltar que antes do loteamento da Prefeitura, é possível encontrar alguns anúncios de venda de fazendas próximas à praia de Canasvieiras, ou lotes para construir. Em 1954, já se encontram anúncios da imobiliária “Miguel Daux” iniciando suas vendas e anunciando lotes em Canasvieiras. Suzana Bintencourt (2005) entrevistou o filho de Miguel Daux, o senhor José Carlos Daux, que investiu fortemente na região norte da ilha e teve o apoio do corpo administrativo do governo do Estado. Na entrevista, Daux conta sobre sua influência em algumas decisões do Estado, como na implementação de água encanada, energia elétrica e asfaltamentos em Canasvieiras. Além disso, ele fala que seu pai havia comprado muitas terras nessa região e que, na época em que construiu as primeiras casas de veraneio, dava lotes para as pessoas construírem uma casa: “eu dei um pro presidente do BRDE e no dia seguinte ele vendeu. O objetivo principal era povoar, pois, isso era um deserto” (apud BITENCOURT, 2005, p. 93). Como afirma Bitencourt (2005), os contatos e os interesses privados para fins turísticos marcaram o processo de ocupação da região próxima à praia. A infraestrutura necessária para implementar o balneário foi transpassada por jogos de

interesses que atendiam muito mais às motivações privadas do que às necessidades da população.

Conforme Schmeil (1994, p. 45), inicialmente, nas décadas de 1950 e 1960, o uso e a ocupação das praias se deu pelo veraneio. Eram os florianopolitanos que frequentavam as praias locais no verão, sobretudo nos fins de semana ou nas férias. Assim, algumas dessas pessoas construíam casas na praia para veraneiar, outras alugavam casas disponíveis. Segundo Bitencourt (2005, p. 92), na região de Canasvieiras, durante as décadas de 1940 e 1950, alguns poucos habitantes de Florianópolis já haviam comprado lotes na região, no entanto, eram poucos os interessados em adquirir terrenos no norte da Ilha. É válido lembrar que ainda nesse contexto as praias mais procuradas eram localizadas no continente, em bairros como Coqueiros e Balneário. No final da década de 1960, começaram a circular na cidade turistas de outros estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul e também do interior de Santa Catarina. Na década seguinte, se desencadeia o crescimento do fluxo de turistas argentinos na Ilha, até os anos 1980 (SCHMEIL, 1994, p. 46).

De acordo com Santos (1993, p. 102), paralelamente a isso, sobretudo a partir da década de 1970, começa a se esboçar uma mudança de comportamento que vai alterar a forma de produção de espaço até então desenvolvido. As pessoas que tinham casas de veraneio passam a alugar para turistas suas segundas residências e, desse modo, o valor de uso fica em segundo plano, frente às novas perspectivas econômicas. Tendo isso em vista, as construções que antes se restringiam aos veranistas e alguns comerciantes passam a ser objetivo principal dos proprietários dos terrenos e das residências, que as negociam com turistas (SANTOS, 1993).

Nas entrevistas feitas pela antropóloga Mara Lago no início dos anos 1980, aparecem muitos moradores do bairro de Canasvieiras que trabalhavam tomando conta de casas de veraneio, inclusive algumas pessoas “de relativa posição na comunidade”. A autora observou que, para alguns deles, o que interessava não era a remuneração em si, geralmente ínfima, mas o estabelecimento de relações com os veranistas. Para Lago (1983), como a principal atividade econômica da cidade estava no serviço administrativo, isso “determinou uma espécie de exacerbação do poder político, de tal forma que as oportunidades dependem muito do apadrinhamento, do ‘pistolão’” (LAGO, 1983, p. 92). Dessa forma, para a autora, o morador se sentia mais protegido se tivesse uma relação mais familiarizada com as pessoas bem situadas econômica e politicamente na cidade, mesmo que essa fosse uma relação

Como é possível visualizar na imagem anterior, o loteamento está localizado de frente para à praia de Canasvieiras; em direção leste está o Rio do Braz, o qual divide o distrito de Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus; ao oeste se avista o “Hotel Canasvieiras”, comentado no princípio do capítulo; e ao sul passa a Estrada Geral para Cachoeira, atual Avenida Luiz Boiteux Piazza. O mapa em sua íntegra é interessante, pois, além de localizar o primeiro loteamento, também indica empreendimentos de anos posteriores. Através dele se vê que a maioria dos loteamentos datam da década de 1970, tendo apenas uma outra iniciativa na década de 1950 além da Prefeitura. Suzana Bitencourt (2005, p. 89) comenta de um projeto de 1958 executado pela iniciativa privada, do qual a autora só teve acesso à planta, uma vez que a parte documental, com os nomes dos autores, foi vetada para qualquer meio de divulgação.

4.2 APROPRIAÇÕES DE TERRAS PARA O PROJETO DE TURISMO

Depois de analisar o projeto de loteamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, regulamentado pela Lei nº 260/1956, a questão que se sobressai é a de qual a origem dessas terras que a Prefeitura utilizou para lotear. Nesse sentido, o trabalho de Gert Schinke foi fundamental, já que foi por meio da listagem das concessões de terras efetuadas pelo Estado de Santa Catarina em Florianópolis de 1904 a 1980, presente em seu livro, que se teve notícia da doação de uma área de 613.856,00 m², localizada no Campo de Canasvieiras, para a Prefeitura de Florianópolis, no ano de 1950. É válido ressaltar que, das 1.098 concessões, essa é a única destinada à Prefeitura (SCHINKE, 2017). Além de listar as concessões, Schinke (2017) as localiza no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Desse modo, com essas informações, foi possível ter acesso ao processo de concessão. O documento do título definitivo de doação de terra data de 18 de abril de 1950 e foi assinado pelo então governador, Aderbal Ramos da Silva. O governador do Estado doa os 613.865,24 m² para a Prefeitura nas proximidades do balneário de Canasvieiras, confrontando ao norte terras da marinha, ao sul a Estrada para Cachoeira do Bom Jesus, ao leste terras ocupadas por José Augusto Schröder e de propriedade da viúva Moura e, ao oeste, terras pertencentes ao Balneário de Canasvieiras.

Embora o título definitivo tenha sido expedido no ano de 1950, o processo para a concessão levou alguns anos. A documentação a qual se teve acesso apresenta procedimentos executados pelo Estado de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Geografia e Terras, anteriores ao requerimento da Prefeitura para doação das terras. Em 04 de setembro de 1942 é feita uma “audiência de medição e demarcação das terras devolutas situadas no lugar

denominado ‘Balneário de Canasvieiras’ nos distritos de Canasvieiras e Cachoeira”, conforme informa a ata. Estavam presentes, no edifício da Escola Pública de Canasvieiras, o escrivão Walter Barroso da Silva, o engenheiro geógrafo Otaviano Silveira e também “interessados que tinham algo a declarar com referência ao edital da Diretoria de Geografia e Terras s/n, de 20 de agosto p.p.”. O documento procede então com o relato de cinco pessoas que moram na área a ser demarcada. O primeiro relato é do pescador João Batista da Silva, que afirma ocupar uma pequena parte das terras do lugar denominado “Balneário de Canasvieiras”,

[...] onde possui uma pequena casa de estuque em mal estado, coberta de telhas; que no referido terreno possui ainda poucas árvores frutíferas; que não possui documento algum donde se infira a pura [?] e legalidade de sua posse a não ser dois recibos, em segundas vias e sem selos, donde consta o pagamento total de 160\$000, referente a aquisição de “uma casinha coberta de telhas curvas e estucada edificada em uma posse pertencente ao falecido Estevão Antonio da Costa, situada à margem da praia de Canasvieira...” - estes documentos estavam assinados por Manoel B. de Andrade e datados de 11 de março de 1940 e 2 de agosto do mesmo ano; que não se opõe que a medição e demarcação sejam procedidas; que sabe não possuírem os ocupantes das terras em apreço documentos que provem a legitimidade da respectiva ocupação (FLORIANÓPOLIS, 1950).

O próximo relato é do pescador José João da Silva, que também declarou ocupar parte das terras mencionadas, onde possui uma casa pequena de estuque, com a frente de madeira, coberta de telhas, além de uma pequena plantação de mandioca, milho e feijão. O senhor afirma não possuir documento algum sobre a sua posse, onde mora há cerca de três anos, e que não se opõe à medição e demarcação referida no edital. O senhor Virgílio Aparício dos Santos faz um relato semelhante, de que ocupa um pequeno lote das terras referidas, possui uma casinha em mal estado, com plantação de algumas árvores frutíferas, feijão, mandioca e milho, e de que não tem documento que prove a legitimidade de sua posse. O interesse desse relato é que o senhor Virgílio conta que mora nesse terreno há mais de 25 anos e que também não tem conhecimento de morador algum, do chamado “Balneário de Canasvieiras”, com alguma documentação que prove suas posses. O quarto relato é de José Torquato Silva, cuja fala se refere ao fato de que nenhum ocupante das terras possui documento comprobatório. Além disso, José conhece todas as pessoas que prestaram declaração e atesta a veracidade dos relatos. No entanto, afirma que não foram todos os ocupantes que compareceram à audiência, embora o edital tenha sido bastante divulgado, chegando ao conhecimento de todos os posseiros. Por fim, o último relato é do Intendente do distrito de Canasvieiras, Francisco Andrade Amorim, que declarou saber que o terreno referente à audiência era devoluto e que os moradores não possuem documentação de posse.

Ademais, “sabe não haver comparecido a maioria dos posseiros à presente audiência por motivos que desconhece, pois afirma ter sido o edital a que a mesma se refere ter chegado ao conhecimento de todos” (FLORIANÓPOLIS, 1950).

Esses relatos redigidos pelo escrivão chamam atenção por confirmarem que as áreas próximas da praia eram ocupadas por pessoas sem títulos de propriedade, o que dá uma ideia de quem eram os posseiros com títulos de boa-fé, aludidos na Lei 260/1956. Pelos relatos das casas e das menções às pequenas plantações, é possível compreender que eram pescadores e agricultores pobres que moravam nessa região, já que as casas de estuque diferenciavam os moradores menos abastados dos que construía suas casas de pedra e cal. Dos senhores que prestaram depoimento, alguns relatam morarem há poucos anos, como é o caso de João Batista da Silva, que apresentou o recibo de pagamento da casa de dois anos antes; mas há também a situação de Virgílio Aparício dos Santos, que mora há mais de vinte e cinco anos, ou seja, desde pelo menos meados da década de 1910. Em relação ao edital da Diretoria de Geografia e Terras de agosto do mesmo ano, embora conste que tenha sido amplamente divulgado, chegando ao conhecimento de todos os posseiros, por meio de fixação de cartazes e comunicados feitos pessoalmente pelo Intendente de Canasvieiras, o documento não é mencionado no jornal “O Estado” e também não está disponível no processo da titulação, inviabilizando a análise de seu conteúdo.

Como menciona Bintencourt (2005), se anteriormente as terras próximas à orla eram ocupadas por pessoas mais pobres que não possuíam terras na Freguesia, a partir do momento que essa região passa a representar valor imobiliário, os lotes passam a ser desapropriados sob a justificativa de que pertenciam ao poder público, enquanto terras devolutas. No entanto, para a autora, embora as sociedades da antiga Freguesia e a praia de Canasvieiras convivessem, se aproximando ao longo dos anos, o território próximo à praia estava praticamente desabitado. Dessa forma, não aconteceu nessa localidade, com a implementação do balneário turístico, o “bota a baixo”, discutido em relação às reformas urbanas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX (BITENCOURT, 2005, p. 98).

Contudo, a análise da ata da audiência de medição e demarcação de 1942 levanta o questionamento do quão desabitada estava essa região próxima à orla, onde a Prefeitura, na década seguinte, implementou o loteamento, uma vez que além das pessoas que prestaram depoimento afirmando morar na região, a maioria dos posseiros que ocupavam a referida área não compareceu à audiência. Certamente os habitantes próximos à praia não constituía um

grande contingente, como vai ser nas próximas décadas, mas, independentemente da quantidade de pessoas que ali ocupavam, a presença desses pescadores e agricultores merece ser levada em conta, além de questionado se esses foram desapropriados ou se suas situações foram legalizadas, como propõe a legislação do loteamento. Infelizmente, por meio da documentação que se teve acesso nesse trabalho, não é possível ter conhecimento do que aconteceu nos anos seguintes com pessoas como o senhor João Batista da Silva, José João da Silva, Virgílio Aparício dos Santos, José Torquato da Silva e seus familiares. No entanto, é possível inferir que a audiência que tomou os depoimentos desses moradores posseiros, convocados pelo Intendente do distrito, já significasse ou fosse recebida por eles como uma forma de intimidação.

Conforme Bitencourt (2005, p. 98), analisando a planta arquitetônica do projeto de loteamento, não há registros de casas ou ranchos de pescadores, ou seja, uma questão que foi ignorada pelos desenhistas da planta. De toda forma, é evidente que o projeto de loteamento tinha como prioridade a consolidação de prédios residenciais em detrimento dos ranchos de pescadores. Um exemplo disso é a sessão da Câmara Municipal em 14 de janeiro de 1959, noticiada pelo “O Estado”, onde o sr. Baldicero Filomeno (PSD) pede a palavra para informar que foi procurado por diversos proprietários de casas de praia em Canasvieiras, os quais alegavam que a Prefeitura havia vendido ou doado aproximadamente 300 metros do Hotel Balneário da praia para um cidadão estrangeiro, proprietário de um barco de pesca, que tinha a intenção de instalar uma salga de peixe no local. O orador criticou a Prefeitura por tal fato, uma vez que os detritos da salga iriam atrapalhar a beleza da praia e tornar o ambiente inabitável para veranistas. Além dele, o sr. Jupy Ulisséa estranhou essa negociação, pois a legislação previa um loteamento na praia apenas com a finalidade residencial. Por fim, o sr. Dib Cherem (PSD) considerou se tratar de um mal-entendido e manifestou-se contrário a cessão de terrenos para a salga de peixe (O ESTADO, 1959, p. 12).

Voltando para o processo de concessão da área, três meses após a audiência, José Born, diretor da Diretoria de Terra e Colonização, envia um documento destinado ao Sr. Dr. Secretário informando acerca do processo de medição das terras devolutas de Canasvieiras, para as quais “consta do processo um projeto de urbanização do futuro Balneário de Canasvieiras o qual se aprovado por S. Excia. O Dr. Interventor Federal e posteriormente executada renderá (336 lotes) mais ou menos duzentos mil cruzeiros” (FLORIANÓPOLIS, 1950). Desse modo, essa documentação indica que o projeto para o loteamento se deu

inicialmente pelo Estado de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Terra e Colonização, onde também estava a planta do loteamento. Em documento de 01 de julho de 1946, enviado por José Born para o Secretário da Viação e Obras Públicas e Agricultura, Leoberto Leal, o diretor noticia os trabalhos já realizados de abertura de picadas e instalação de cento e quarenta marcos de madeira em cada quadra, totalizando uma despesa de Cr\$ 7.763,00. Para dividir as quadras nos mais de trezentos lotes, o custo seria em torno de Cr\$ 5.000,00 e, ainda, para a venda dos lotes, seriam necessários a abertura de valas para o saneamento e o desmatamento e construção das ruas. Em vista disso, José Born emite seu parecer de que o terreno seja concedido à Prefeitura Municipal de Florianópolis, mediante a condição de terminar a divisão dos lotes num período de um ano, construir ruas e logradouros públicos, e vender os lotes a quem construir residência dentro de dois anos.

Assim, no mesmo ano, a Prefeitura requer ao Interventor Federal de Santa Catarina “um terreno devoluto com grande extensão, o qual está sendo explorado por pessoas que, tirando-lhe a lenha existente, em pouco tempo o tornarão improdutivo” e adiciona: “o tamanho desta gleba está diminuindo cada ano, porque, os proprietários confrontantes vão mudando constantemente as suas cercas na direção do terreno do Estado, desfalcando-o” (FLORIANÓPOLIS, 1950). Como já mencionado, o título definitivo foi expedido em 1950 e teve como condição a reserva de 39.000 m² no centro do terreno para a Colônia de Férias de Canasvieiras, como acordado com o Diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa. Em 26 de maio de 1948 o jornal “O Estado” anuncia a iniciativa de construção da Colônia de Férias, que “representará grande passo no caminho da reabilitação da infância de Santa Catarina” (O ESTADO, 1948, p. 8). A notícia ainda explica o anteprojeto da construção, onde ficarão dispostos edifícios de ginásios, dormitórios, salas de trabalho, refeitório e cozinha. Nos anos seguintes ainda se encontram matérias comentando da Colônia de Férias enquanto um projeto, como, por exemplo, na edição de 17 de junho de 1951, em uma listagem de obras a serem realizadas pelo Estado é mencionado o valor de Cr\$ 120.000,00 para o prosseguimento das obras da Colônia de Férias. Todavia, não há notícias no jornal de inauguração ou algo que mencione a utilização da Colônia. Assim, é possível que o projeto de instalação da Colônia dentro do loteamento tenha sido abandonado.

O interessante dessa documentação é que ela revela a intenção do Estado em construir o loteamento em terras consideradas devolutas, na década de 1940. Em seguida, dado os gastos para infraestrutura do local, essa empreitada foi transferida para a Prefeitura

Municipal, que implementou o loteamento em 1956, por meio da legislação 260/1956. Em vista disso, Santos (1993) destaca a participação estatal no processo de urbanização de Canasvieiras, surgindo como “instrumento legitimador das práticas e intenções dos agentes hegemônicos atuantes” (SANTOS, 1993, p. 147). A autora comenta que os investimentos do poder público em setores poucos rentáveis de infraestrutura, como: eletricidade, água, telefonia etc., acabaram por beneficiar os proprietários fundiários, elevando o preço da terra, e também os promotores imobiliários, já que diminuía seus gastos em investimentos de infraestrutura. Dessa forma, o primeiro loteamento que deu origem ao futuro balneário de Canasvieiras, para Santos (1993), faz parte de um processo em que a valorização do solo nessa região se deu de maneira lenta e gradual, uma vez que se desenvolveu com base em uma urbanização menos organizada, gerida por muitos.

Outra questão a ser considerada é que as terras do “Balneário de Canasvieiras”, concedidas como terras devolutas e localizadas perto de terras de marinha, são identificadas, no mapa produzido por Campos (1989, p. 135), como parte dos campos comuns de Canasvieiras, próximas do Campo da Colônia. Como discutido no primeiro capítulo, muitas terras que eram de uso comunal foram concedidas para privados como terras devolutas. Assim, levando em conta os relatos de pessoas que possuíam moradias e plantações na área referida, além de ser mencionado na requisição de concessão de terra que a Prefeitura fez ao Interventor Federal de Santa Catarina sobre o terreno ser utilizado por pessoas que recolham lenhas, é possível entender a área devoluta como parte das terras de uso comum, que foram de grandes extensões em Canasvieiras.

4.3 URBANIZAÇÃO DE CANASVIEIRAS NAS DÉCADAS POSTERIORES

A análise da iniciativa de abertura do loteamento na praia de Canasvieiras, inicialmente pelo Estado de Santa Catarina e posteriormente pela Prefeitura de Florianópolis em meados dos anos 1950, levanta questionamentos do que aconteceu nos anos posteriores, quais foram as pessoas que compraram esses lotes, por qual preço etc. Não seria possível para esse trabalho observar como se deu esse processo em todos os lotes, então, foi selecionado um lote de forma aleatória⁵, por meio da matrícula do loteamento presente na legislação

⁵ Diante da impossibilidade de a autora observar os documentos disponíveis referentes ao loteamento da Prefeitura, para escolher um exemplo que mais se adequasse à pesquisa, concordou-se que a seleção da certidão desde a origem fosse feita pelos funcionários do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, afim de

260/1956, no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis. Desse modo, o lote escolhido foi o de número 385, com área de 406,00 m²: medindo 14,00 metros de frente para a Avenida Apóstolo Pascoal; fundos de também 14,00 metros, fazendo divisa com o lote 389; laterais de 29,00 metros, estremando de um lado com o lote 384 e de outro com o lote 386. Além disso, é localizado ao lado direito de quem segue na Avenida Apóstolo Pascoal em direção ao Rio do Braz, a 108 metros da área verde reservada do loteamento e, aproximadamente, a 370 metros da praia.

O terreno em questão foi vendido pela Prefeitura, representada pelo prefeito Esperidião Amin, apenas em 05 de março de 1990. Os adquirentes foram o farmacêutico Helcio João Moreira da Silveira e sua esposa Lourdes Terezinha Demaria da Silveira, pelo valor de NCz\$ 304.240,16. Seis anos depois o senhor Helcio faleceu e a sua parte do imóvel foi transferida para João Augusto Demaria da Silveira, no ano de 2018. Nesse momento, o terreno foi avaliado em R\$ 16.000,00 pela Prefeitura e “declarado para fins do artigo 502 do Código de Normas da CGJ/SC por R\$ 120.000,00” (FLORIANÓPOLIS, 1990). Com o óbito da senhora Lourdes em 2016, a sua parte passou para João Augusto em 2019, quem ficou com a totalidade do bem. No ano da transferência, o imóvel foi avaliado em R\$ 120.000,00 e pelo que consta no documento, a família que adquiriu o lote na década de 1990 não fixou sua residência no lugar.

Em uma minuta de edital de outubro de 1944, feita pela Diretoria de Terras, com o objetivo de tornar público que a Diretoria estava recebendo propostas para a compra dos 336 lotes, algumas das condições para a venda era de que nenhum licitante poderia comprar mais de um lote do Estado e o preço mínimo da proposta seria de Cr\$ 1,50 por metro quadrado. Dentro dessas especificações, fazendo um cálculo hipotético, o lote 385 custaria na década de 1940, no mínimo, Cr\$ 609,00. O salário mínimo nacional em 1944, instituído pelo Decreto-Lei nº 5.977, de 10 de novembro de 1943, era de Cr\$ 380,00. Assim, o lote valeria pouco mais de um salário mínimo e meio. Do momento em que a Prefeitura assume o loteamento e coloca o projeto em prática, o único valor encontrado foi o do anúncio do jornal de abril de 1956, anunciando a abertura de inscrições para reservas de terrenos, mediante o pagamento de Cr\$ 2.000,00 para a reserva. O jornal não confirma se o valor de reserva compreende o valor total, mas de toda forma, o preço da reserva equivalia a 80% de um salário mínimo. Quando o

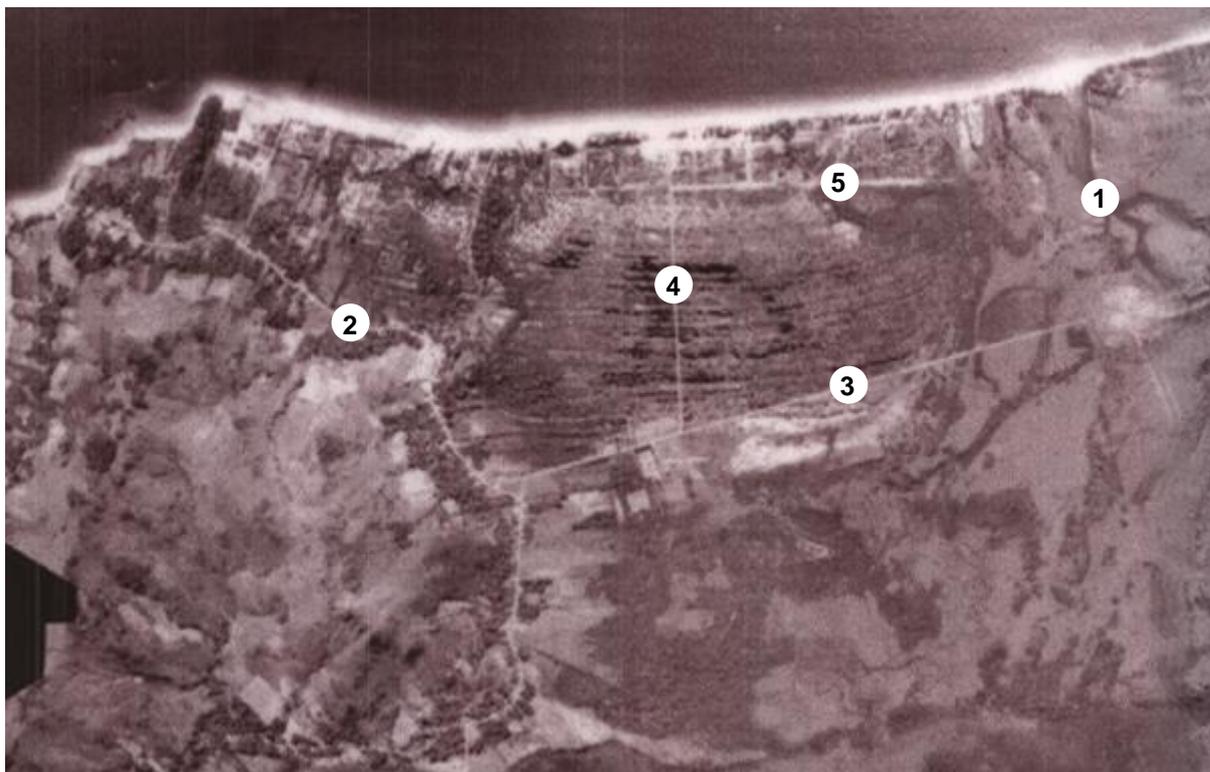
facilitar e agilizar a busca. Não foi possível ter conhecimento dos critérios adotados para a seleção do lote 385, mas, segundo a funcionária à frente da questão, a escolha se deu de forma aleatória pelo seu supervisor.

terreno foi vendido pela Prefeitura em março de 1990, por NCz\$ 304.240,16, o salário mínimo vigente no país era de NCz\$ 3.674,06, o que representa cerca de 1,2% do valor terreno. E, por fim, em 2019, com o lote avaliado em R\$ 120.000 e o salário mínimo em R\$ 998,00, o preço do terreno equivalia a cento e vinte salários mínimos, sendo que um salário representa 0.8% do valor total.

A análise do aumento do valor de um mesmo lote ao longo dos anos em relação ao salário mínimo de cada período revela a valorização do terreno ao longo do tempo, além do fato de que o lote não foi vendido nos anos próximos de 1956. Sugai (1993) lembra que o interesse de setores imobiliários por uma determinada área não significa o imediato loteamento e negociação, já que, geralmente, é feita a compra de glebas para especulação, à espera de benfeitorias urbanas e pressão para que o poder público implemente a infraestrutura no local. Do mesmo modo, a aprovação de um loteamento pela Prefeitura não significa uma imediata ocupação da área. “Muitos loteamentos, dependendo do interesse do mercado pela área, podem ser ocupados rapidamente ou mesmo permanecerem anos, ou até décadas, para serem edificadas ou comercializados” (SUGAI, 1993, p. 87).

Da mesma forma que os lotes não foram todos negociados após a legislação, também houve outras modificações ao longo do tempo. De acordo com a documentação do Cartório de Registro de Imóveis, em 1979, da totalidade da área para o loteamento – 613.865,24 m², 21.122,00 m² foram transferidos como glebas para diversos registros; como lotes ficaram reservadas uma área de 238.411,35 m²; 39.000,00 m² previstos para o Estado de Santa Catarina; ficando remanescente, aproximadamente, 315.322,89 m². Já no ano de 1987, a área total do loteamento é desmembrada em quatro parcelas, que juntas somavam 89.730,98 m², sendo que a terceira parte foi absorvida pela SC 401. Nesse momento, um pouco mais da metade da área do loteamento, que totalizava 524.125,26 m², já havia sido transferida. Além dessa documentação, outro recurso que pode ser utilizado para observar as transformações no espaço ao longo dos anos são as fotografias aéreas, que foram disponibilizadas pelo IPUF.

Figura 3 - Fotografia aérea de Canasvieiras em 1957



Fonte: IPUF (1957)

A imagem anterior é referente ao distrito de Canasvieiras no ano de 1957, ou seja, um ano após a legislação do loteamento. Na imagem é possível visualizar o Rio do Braz à direita (indicado pelo número 1), a Estrada de Canasvieiras mais à esquerda (2) e a Estrada Geral para a Cachoeira do Bom Jesus (3) no centro da foto, em direção ao rio. A qualidade da fotografia não permite visualizar com clareza a quantidade de moradias próximas à praia; embora, no que se refere ao loteamento da Prefeitura, é possível ver que, na maior parte da área, não foi realizada a divisão das quadras, apenas na fileira mais próxima da praia. Além disso, é possível notar o traçado da Avenida das Nações (4), perpendicular em relação à Estrada Geral para Cachoeira, e também o traçado da Rua Madre Maria Villac (5), paralela à faixa de areia.

Figura 4 - Fotografia aérea de Canasvieiras em 1977



Fonte: IPUF (1977)

Nessa segunda imagem, da cobertura aerofotogramétrica de 1977, já é possível notar muitas mudanças em relação à foto anterior, de vinte anos antes. Visualiza-se os traçados das ruas do bairro, muito semelhantes ao que se tem atualmente; também a presença de diversas construções, localizadas à esquerda da imagem, associadas aos loteamentos aprovados na década de 1970, que são indicados por Santos (1993) no mapa de loteamentos (Anexo A). O contorno vermelho foi inserido nesse trabalho para delimitar a área do primeiro loteamento do local. Através da fotografia se vê que as quadras estão definidas, mas a concentração de construções ainda se dá nas quadras mais próximas da praia. A maioria dos lotes que fazem frente à Rua Apóstolo Paschoal (1), do lado direito de quem segue ao Rio do Braz, não possuem construções, como é o caso do lote 385, exemplo utilizado anteriormente. Isso pode indicar que, naquele momento, os terrenos da referida rua em direção à Estrada Geral para Cachoeira ainda não haviam sido vendidos, como era o caso do lote 385; que já haviam sido negociados e atendiam à interesses especulativos; ou que estavam reservados para outros fins. Essa situação aparece de forma diferente na aerofotogrametria no início da década de 1990, onde se vê uma concentração muito maior de construções por todo o bairro de Canasvieiras.

Figura 5 - Fotografia aérea de Canasvieiras em 1994



Fonte: IPUF (1994)

As fontes utilizadas até aqui – documentos de Cartório de Registro de Imóveis, concessão de terra, fotografias aéreas, notícias de jornais e a legislação n. 260/1956 – dão um panorama considerável do que foi a iniciativa de loteamento na praia de Canasvieiras. No entanto, há algumas lacunas que a documentação que se teve acesso não dá conta de responder, como: quais foram as mudanças do projeto da Diretoria de Geografia e Terras para o projeto da Prefeitura, em relação a quantidade de lotes e outros elementos que poderia haver além da Colônia de Férias do Estado de Santa de Catarina? Qual foi o desfecho da área de 39.000 m², inicialmente reservada para a construção dessa Colônia de Férias? Como se deu a negociação dos outros lotes? Qual era a finalidade da área do loteamento desmembrada em quatro parcelas na década de 1980? E a cláusula que obrigava os compradores a construírem em um ano ou dois, para servidores públicos, continuou a ser considerada? Por exemplo, através de uma reportagem do jornal “O Estado”, anexada no trabalho de Nazareno José de Campos (1989, p. 215), de 02 de fevereiro de 1986, se teve conhecimento de um esquema de grilagem na área do loteamento. A reportagem intitulada “Prefeitura recupera extensa área em

Canasvieiras” conta como se deu a apropriação de uma área de 102.961,00 m², situada a 500 metros da praia, por meio da conduta da escritã do Cartório de Registro de Imóveis local, Lídia M. Lauriano da Costa, quem escriturou a área em favor de Maria da Glória Santos. A grilagem começou a ser descoberta em 1976, quando a Prefeitura resolveu transferir a área remanescente à Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), autarquia municipal responsável por serviços de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos nos domicílios. A partir disso constatou-se que várias benfeitorias haviam sido feitas no terreno como um depósito de uma empresa de material de construção, a Formacom, pertencente ao marido da escritã. Além disso, havia vários chalés construídos por um espanhol e casas de veraneio. Levada a questão ao judiciário, foram constatadas muitas transferências do terreno, em que pessoas compravam lotes de boa-fé, escriturados no cartório de Lídia da Costa; e ainda que:

[...] o terreno da Prefeitura de Florianópolis estava desocupado e a área se valorizando, forjando-se então a escritura constando que Francisco Germano da Costa (pai de Vilmo Francisco da Costa) vendia a área total de 102 mil metros quadrados à Maria da Glória dos Santos, que era mãe de Pedro Eduardo dos Santos, casado com Léa dos Santos que por sua vez é irmã da escritã Lídia da Costa (O ESTADO, 1986 apud CAMPOS, 1989, p. 215).

Os adquirentes de lotes fizeram benfeitorias e tentavam, junto à Prefeitura, uma forma de se ressarcirem de parte do prejuízo, já que a ação foi julgada anulando o registro de venda de Maria da Glória e os posteriores, devolvendo a área para a Prefeitura. Neste trabalho não foi possível confirmar se os desmembramentos pela Prefeitura na década de 1980 ocorreram em função dessa área recuperada ou conhecer outros casos de grilagem semelhantes a esse no terreno do loteamento. O fenômeno da grilagem não é recente e muito menos isolado ao exemplo de Canasvieiras. A historiadora Márcia Motta (2002) propõe olhar para essa prática como um legado, constituindo-se num processo histórico e secular de ocupação ilegal, ligado à concentração fundiária. A grilagem se constitui em uma organização, sistema ou procedimento do grileiro, que é um indivíduo que tenta se apossar de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade (MOTTA, 2002). É também por conta das grilagens que a autora afirma serem os conflitos de terra disputas sobre o sentido da história, uma vez que litigantes se colocam em cena para defender a sua versão dos fatos, opondo interpretações divergentes em relação à origem da propriedade e também sobre o direito ao acesso à terra.

Tendo em vista o que foi colocado até aqui, relativo às transformações ao longo do tempo em um empreendimento imobiliário do poder público, é possível pensar que todo o distrito de Canasvieiras sofreu alterações ao longo da segunda metade do século XX. Dessa

forma, o aumento da movimentação turística em Florianópolis a partir da década de 1970, segundo Bitencourt (2005), está diretamente relacionado ao desenvolvimento da especulação imobiliária, uma vez que a rede de hotéis da cidade não conseguiu absorver a demanda e, no caso de Canasvieiras, a praia contava com poucas casas de veranistas, com propriedade de famílias florianopolitanas.

Nos anos de 1970, como indica Schmeil (1994, p. 48), o fluxo turístico argentino começa a crescer demasiadamente até a década 1980, ano em que ocorre o grande “boom”, ou seja, uma grande movimentação de argentinos na capital catarinense em função da liberalização econômica na Argentina. Como a moeda argentina passa a ter um valor maior que a moeda brasileira e conseqüente maior poder de compra, os argentinos não apenas vinham para Florianópolis pelo turismo, como também pelas compras. Ainda segundo Schmeil (1994, p. 49), implantou-se na cidade um costume argentino, de aluguel de casas para turistas; prática estimulada por José Carlos Daux, um dos maiores proprietários de terras e hotéis em Canasvieiras na década de 1990. Em entrevista para Bitencourt (2005), Daux conta como direcionou seus investimentos para o público argentino: “sempre tive barco, gosto de navegar [...] descobri uns argentinos que vinham fazer pesca submarina. Na falta de hospedagem, eles se alojavam nos barracos de pescadores, porque não tinha outra maneira” (apud BITENCOURT, 2005, p. 114). Assim, o senhor Daux passou a viajar para a Argentina, com o intuito de vender sua ideia ao público argentino, através de anúncios que ele publicava no jornal.

Para finalizar, retorna-se à análise de Santos (1993), em relação à participação do poder público no processo de urbanização de Canasvieiras, que legitima práticas dos agentes hegemônicos envolvidos. A autora argumenta que o Estado concedia anistias às irregularidades urbanas no distrito de Canasvieiras, tanto na cobrança de impostos, quanto à legalização de edificações e loteamentos irregulares.

Uma prática comum é a abertura de exceções no cumprimento de certas leis urbanísticas em troca de concessões por parte dos agentes hegemônicos. Como exemplo, cita-se a não obediência aos índices estabelecidos na consulta de viabilidade (taxa de ocupação, projeção da área construída sobre o terreno, afastamentos, etc.) resultando na execução de obras que na prática não estão de acordo com as leis urbanísticas da área. Em troca, quando a prefeitura exige, constroem ou fazem a manutenção de algum equipamento urbano de uso público (praças, canteiros, áreas de lazer, etc.) ou constroem, dentro do próprio terreno, um número de garagem superior ao estabelecido por lei, para obterem as vantagens requeridas (SANTOS, 1993, p. 148).

O caso de Canasvieiras demonstra, segundo Santos (1993), que a consolidação de instalações turísticas leva à valorização da área, sob o aspecto imobiliário, mas de outro lado, verifica-se uma queda na qualidade espacial, com índices de desgaste ambiental e saturação urbana. Nesse sentido, o trabalho de Miles (2005) chama atenção para o fato de o desenvolvimento do turismo desordenado ameaçar a preservação ambiental da região, já que a urbanização de Canasvieiras se deu com base em interesses econômicos, por meio de abertura de loteamentos e promoção imobiliária, sem a preocupação ambiental.

5 CONCLUSÃO

Nos primeiros capítulos este trabalho tratou de discutir questões fundiárias em Florianópolis, de forma geral, e também em Canasvieiras, sobretudo o uso de terras comuns e as ilegalidades de concessões de terras públicas a partir de meados do século XX, através das quais muitas das terras comunais foram concedidas para privados como terras devolutas. Simultaneamente a esse processo de apropriação de terras comuns, principalmente a partir da década de 1950, circulavam na cidade discursos em defesa da implementação do turismo, como os analisados no jornal “O Estado”. A partir disso, o poder público adota o turismo como a alternativa de desenvolvimento para a capital do estado, incorporando planos de proprietários de terras balneárias e executando grandes obras de intervenções viárias.

Com base nesse contexto, foi elaborada a problemática do trabalho, de analisar como se deu a preparação fundiária para implementação do turismo em Canasvieiras, nas décadas de 1950 e 1960. Desse modo, uma das principais fontes do trabalho foi a Lei nº 260 de 05 de março de 1956, que autoriza a efetivação do primeiro loteamento da praia de Canasvieiras pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Por meio desse trabalho foi possível concluir que esse projeto de loteamento já havia sido ponderado pelo Estado de Santa Catarina, através da Diretoria de Geografia e Terras, na década anterior. A partir do documento de concessão de terra, observou-se que seriam necessários gastos e investimentos na infraestrutura do local, como abertura de quadras, divisão dos lotes e construção das ruas, um dos motivos que fizeram com que o Estado sugerisse a concessão para a Prefeitura, deixando a tarefa de terminar a divisão dos lotes e construir as ruas para o Poder Municipal.

Em um dos documentos anexados ao processo de concessão, tem-se o registro de uma audiência realizada em setembro de 1942, que contém relatos de moradores da área devoluta a ser demarcada em Canasvieiras. As pessoas que prestaram depoimento não se opuseram à demarcação das terras e alegaram não possuírem documentos que comprovassem a posse da terra. Além disso, não foram todos os ocupantes da área próxima à praia, considerada devoluta, que comparecem à audiência, apenas alguns senhores que relataram possuírem casas e algumas plantações no terreno. Assim sendo, foi possível questionar nesse trabalho se as terras concedidas pelo Estado de Santa Catarina para a Prefeitura de Florianópolis, com o intuito de serem destinadas à instalação de um loteamento, voltado aos interesses turísticos, eram terras de uso comum tratadas como devolutas.

Ademais, por meio da certidão desde a origem do lote 385, disponibilizada pelo Cartório de Registro de Imóveis, foi possível observar como o mesmo terreno se valorizou ao longo do tempo, tendo como comparação o salário mínimo de cada ano, além do fato de ser vendido pela Prefeitura mais de trinta anos depois da legislação de 1956. Essa valorização imobiliária não ocorreu apenas nesse exemplo, mas sim em toda a região próxima da praia de Canasvieiras, acompanhando as transformações urbanas nesse local, como pode ser observado através das fotografias aéreas ao longo das décadas de 1950, 1970 e 1990.

Desse modo, o processo de conversão da terra em mercadoria imobiliária, por meio do turismo e a valorização fundiária, teve início em meados do século XX, mas ainda hoje tem seus impactos na Florianópolis atual, tanto econômico quanto ambiental e social. O conceito utilizado por Sugai (2016), de segregação urbana, que explica o fato de as classes dominantes terem instrumentos para priorizar a ocupação e qualificação de bairros que são de seu interesse, como é o caso da metade norte da ilha, é um exemplo a ser utilizado para a compreensão dos impactos de um desenvolvimento urbano pautado pela especulação imobiliária.

FONTES

FLORIANÓPOLIS. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina** – documento de concessão de uma área de 613.856,24 m² em Canasvieiras. Livro 799, fls. 143, gav. 936, mar. 1950.

FLORIANÓPOLIS. **Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis** – certidão de imóvel. Matrícula 23.863, Livro 2, 1990.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 260, de 09 de fevereiro de 1956. Autoriza o Poder Executivo a lotear, para venda, uma área de propriedade do município, situada no distrito de Canasvieiras. **Diretoria de Administração**, Florianópolis, 05 mar. 1956.

IPIUF - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Cobertura aerofotogramétrica de 1957**, escala 1:25.000, faixa 11, foto 04, 1957.

IPIUF - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Cobertura aerofotogramétrica de 1977**, escala 1:25.000, faixa 11, foto 06, 1977.

IPIUF - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Cobertura aerofotogramétrica de 1994**, escala 1:25.000, faixa 05, foto 03, 1994.

O ESTADO, Florianópolis, n. 10.259, ano XXXV, maio 1948.

O ESTADO, Florianópolis, n. 11.063, ano XXXVI, fev. 1951a.

O ESTADO, Florianópolis, n. 11.159, ano XXXVI, jun. 1951b.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.047, ano XLI, nov. 1954a.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.049, ano XLI, dez. 1954b.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.050, ano XLI, dez. 1954c.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.051, ano XLI, dez. 1954d.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.117, ano XLI, fev. 1955.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.363, ano XLII, jan. 1956a.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.368, ano XLII, jan. 1956b.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.380, ano XLII, jan. 1956c.

O ESTADO, Florianópolis, n. 12.428, ano XLII, jan. 1956d.

O ESTADO, Florianópolis, n. 13.100, ano XLIV, jul. 1957a.

- O ESTADO, Florianópolis, n. 13.108, ano XLIV, jul. 1957b.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 13.117, ano XLIV, ago. 1957c.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 13.387, ano, XLV, jul. 1958.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 13.512, ano XLVI, jan. 1959.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 14.320, ano XLVIII, dez. 1961.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 14.842, ano XLIX, jan. 1964.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 15.091, ano 50, jan. 1965a.
- O ESTADO, Florianópolis, n. 15.215, ano 51, jul. 1965b.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- BITENCOURT, Suzana. **Castelos de areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)**, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941. Esclarece e amplia o decreto-lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940. 1941.
- BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. 1850.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina**, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.
- _____. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n. 34, p. 113-135, jul./dez. 2002.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.
- GRZEBIELUKA, Douglas; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Comunidades de faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR) – um estudo sobre o Faxinal dos Empoçados. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 34-58, jan./jun. 2009.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 21, ano 8, fev. 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil** (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário**, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**, 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970**, 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MARQUES, Leônidas de Santana. As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 347-359, set/dez. 2016.

MEZZOMO, Melissa. **Uma contribuição a análise de espaços urbanos: estudo sobre a dinâmica de Jurerê (1950-2007)**, 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MILES, Valentina de Oliveira. **Diagnóstico da ocupação urbana e degradação ambiental em Canasvieiras: apontamentos para a promoção do desenvolvimento sustentável**, 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas (Org.). **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**, 1996. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PAIVA, Edvaldo Pereira; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. **Florianópolis: Plano Diretor**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

REBELATTO, Martha. Quilombos e fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

SANTOS, Cristina Silveira Ulysséa. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional**, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária”**: Fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2017.

SCHMEIL, Lilian. **“Alquila-se una isla”**: turistas argentinos em Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SECRETO, María Verónica. Legislação sobre terras no Brasil dos oitocentos: definindo a propriedade. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, p. 10–20, jan./dez. 2007.

SOUZA, Jéssica Pinto de. **O Plano Diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis**, 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SUGAI, Maria Inês. Espaço e desigualdade: Maria Inês Sugai. [Entrevista concedida a] Hélder Boska de Moraes Sarmiento e María Del Carmen Cortizo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 224-231, jul./set. 2016.

_____. **Intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**: a via de contorno norte-ilha, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1994.

